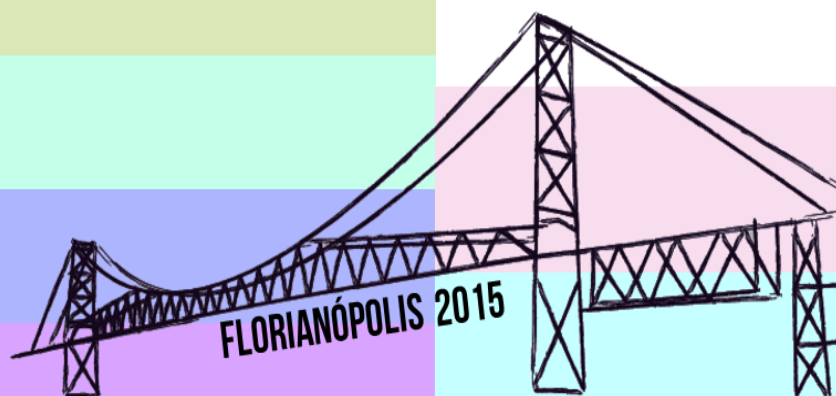


PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DIREITOS HUMANOS DE
LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E
TRANSGÊNEROS – LGBT



RELATÓRIO FINAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES**

RELATÓRIO FINAL

**II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS,
TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS – LGBT**

**“Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”**

FLORIANÓPOLIS-SC, OUTUBRO DE 2015.



É! – Gonzaguinha

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...



Cesar Souza Junior
Prefeito Municipal

**Coordenador de Políticas Públicas
para mulheres de Florianópolis**

Maria Guilhermina Cunha S. Ayres
Representante da Comissão
Organizadora da II CMLGBT

Dalva Maria Kaiser



**RELATORIA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS,
TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS – LGBT**

VANESSA EIDAM
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC- 7114
RESPONSÁVEL TÉCNICA

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS
ASSISTENTE SOCIAL CRESS/SC-7068
APOIO TÉCNICO

CAROLINE SANTOS SILVA
ESTAGIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
APOIO TÉCNICO

Ficha Catalográfica:

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES –
CMPPM/FLORIANÓPOLIS.

Relatório Final da II Conferência Municipal de Políticas Públicas e direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT de Florianópolis: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”; Relatoria e Assessoria Técnica: EIDAM, Vanessa. Florianópolis, 2015.

XXXp

Relatório Final dos trabalhos da X Conferência Municipal de Políticas Públicas e direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT de Florianópolis, realizada entre os dias 23 e 24 de outubro de 2015.

Arte de abertura: As namoradas de Gustav Klimt, “Die Freundinnen” de 1916.
Poesia: Música de Gonzaguinha – É!

Sumário

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>10</u>
<u>BLOCO I – DADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA</u>	<u>13</u>
Informações básicas da conferência	13
<u>Resultados da Conferência</u>	<u>15</u>
<u>BLOCO II – PROPOSTAS</u>	<u>17</u>
<u>BLOCO III - ELEIÇÃO DAS DELEGADAS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL</u>	<u>34</u>
Ata de eleição das (os) delegadas (os) da II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT de Florianópolis.	34
Delegadas da sociedade civil – feminino	38
Delegados da sociedade civil – masculinos.....	41
Delegadas (os) da esfera governamental	44
<u>PERFIL DAS (OS) PARTICIPANTES</u>	<u>47</u>
<u>PROGRAMAÇÃO DA II CMLGBT</u>	<u>51</u>
<u>MOÇÕES</u>	<u>52</u>
<u>RELATORIA DA CONFERÊNCIA.....</u>	<u>54</u>
23 de outubro - Período da Noite	54
Segundo dia de Conferência - 24 de outubro de 2015.....	57
<u>AVALIAÇÃO DA II CMLGBT</u>	<u>60</u>
<u>APÊNDICE</u>	<u>63</u>
<u>REGIMENTO INTERNO – APROVADO PELA PLENÁRIA</u>	<u>63</u>
<u>EIXOS TRABALHADOS PELOS GT's</u>	<u>79</u>
1 EIXO SAÚDE	79
2 PREVIDÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO.....	91

3 TURISMO, CULTURA E ESPORTES	97
4 EDUCAÇÃO	108
5 SEGURANÇA.....	117
6 COMUNICAÇÃO	121
7 ASSISTÊNCIA SOCIAL	125
<u>ANEXOS</u>	<u>138</u>
II Conferência Municipal De Políticas Públicas E Direitos Humanos De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais – LGBT	139
<u>FICHA DE INSCRIÇÃO CANDIDATAS(OS) A DELEGADAS(OS) ESTADUAL</u>	<u>139</u>
Palestras Magnas	139

LISTA DE SIGLAS

CMLGBT

LGBT

UFSC

CMPPM

ADEH

COMDIM

INBRADIS

UDESC

LABGEF

OAB

NIGS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo das (os) participantes

Gráfico 2 – Faixa etária das (os) participantes

Gráfico 3 – Raça e etnia das (os) participantes

Gráfico 4 – Nível de escolaridade das (os) participantes

Gráfico 5 – Nível de renda das (os) participantes

Gráfico 6 – Identidade de Gênero das (os) participantes

Gráfico 7 – Orientação sexual das (os) participantes

Gráfico 8 – Homossexual

Gráfico 9 – Avaliação da conferência

APRESENTAÇÃO

A 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT teve como tema central: “ Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, com vistas ao alcance dos seguintes objetivos gerais, quais sejam:

- I. Avaliar a efetividade das Políticas Públicas para enfrentamento a violência praticada contra a população LGBT, tendo em conta o pacto federativo e a relação entre os Três Poderes;
- II. Propor estratégias para enfrentar a discriminação sofrida pela população LGBT em decorrência de sua orientação sexual e ou Identidade de Gênero;
- III. Articular e integrar, a partir de uma avaliação, o Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento a Violência com as demais políticas públicas.

Realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2015, o evento contou com ampla participação social, integrando pautas dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. Todos os conteúdos debatidos devem ser transformados em subsídios no processo de proposição e avaliação das Políticas Públicas LGBT. Seu conteúdo reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida.

O êxito da Conferência demonstra o compromisso político dos atores envolvidos em tratar a questão dos Direitos Humanos no município de Florianópolis. Garantindo-se amplo acesso aos direitos da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e fortalecendo os exercícios do controle social, serão implementadas Políticas Públicas com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de combater preconceitos, buscando erradicar todos os tipos de violência.

Desta forma, houve a preparação e o desenvolvimento da 2ª CMLGBT em Florianópolis SC, cuja síntese está apresentada neste relatório. O relatório contempla os três blocos indicados pelo Estado e União: consta no Bloco I os dados gerais da conferência (informações básicas, resultados da conferência e informações sobre o município); no Bloco II consta a exposição das propostas; no Bloco III encontra-se a

lista das delegadas eleitas para a Conferência Estadual. Ademais das exigências dos organismos e conselhos superiores, fazem parte a relatoria da Conferência; uma análise do perfil das participantes; as moções aprovadas pela plenária final da 2. Conferência; a avaliação do processo conferencial; o apêndice e anexos com documentação complementar.

Sobre o movimento LGBT, consideramos importante realizar uma breve historicização de suas lutas e seus marcos históricos. Conforme explica Ferrari (2003), o movimento de luta pelos direitos LGBT teve início na Europa. A princípio o movimento era formado por homossexuais que lutavam contra a criminalização da homossexualidade e também pelo reconhecimento de seus direitos civis. Já no Brasil, surgia o movimento homossexual, juntamente com o movimento que lutava contra a ditadura militar que ganhava força com a adesão de artistas, alguns deles que retornavam do exílio. Este movimento teve como marco a criação do *Jornal Lampião*, principal meio de comunicação da comunidade homossexual, segundo explica Mendes (2010). Neste mesmo período surgiu o primeiro grupo organizado de homossexuais, o Grupo Somos de Afirmação Homossexual de São Paulo.

Segundo o mesmo autor, a partir da década de 90 o movimento ganhou força e passou a ter parcerias com o Estado através de campanhas de combate a AIDS e a adesão de demais ativistas lésbicas e travestis diversificando o movimento e incorporando a atual sigla LGBT. Neste período foram lançadas campanhas contra a violência e a discriminação e o termo “homofobia” foi popularizado, assim como as Paradas do Orgulho LGBT.

O movimento LGBT conseguiu inúmeros avanços e conquistas desde o início de suas lutas até a atualidade. Um marco na conquista dos direitos LGBT foi a exclusão do termo homossexualismo do Código Internacional de Doenças, em 1985 pelo o Conselho Federal de Medicina e em 1994 a Organização Mundial da Saúde. Antes considerada como um “transtorno mental”, a homossexualidade substituí o sufixo “ismo” que significa doença por “dade”, que significa modo de ser. Atualmente o Conselho Federal de Psicologia pune profissionais que trabalhem na perspectiva de cura homossexual (RODRIGUES, 2004).

Outro importante avanço foi a conquista da união homoafetiva, válida em todo país desde maio de 2013, quando entrou em vigor a resolução 175, de 14 de maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Apesar dos relevantes avanços em relação a direitos, o Brasil ainda encontra-se entre os países que mais matam por homofobia. Segundo o relatório do “Grupo Gay da Bahia”, no ano de 2014 houveram 326 mortes registradas por motivação homofóbica, lesbofóbica, bifóbica ou transfóbica. Vale lembrar que ainda faltam os números subjugados ao silêncio e a impunidade.

Ainda, diante da atual conjuntura política do país, de retirada de direitos e de avanço do fundamentalismo religioso e intolerância (principais causas de violência a LGBT's) é necessário unir forças, o caminho para a construção da cidadania LGBT é longo e apresenta diversos obstáculos e desafios. Desta forma, deve-se garantir que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais tenham acesso a seus direitos fundamentais e sejam respeitadas (os), independente de sua orientação sexual e identidade de gênero. Compreende-se que o preconceito é o que fundamenta a discriminação, e este, é fruto da ignorância e da falta de informação.

As ideias equivocadas sobre a comunidade LGBT estão arraigadas em nossa sociedade, que tem como referencial a lógica da heteronormatividade. Portanto, é necessário desconstruir essas ideias, para a promoção da cidadania e igualdade de direitos. Desta forma, espaços de participação e controle social passam a ser uma ferramenta de luta, educação e difusão de informações, objetivando minimizar os efeitos do silenciamento e da invisibilidade que há tanto tempo os cidadãos e as cidadãs LGBT são submetidas (os).

Vanessa Eidam

Responsável Técnica - G.LAB

Relatora da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT

Primavera de 2015

BLOCO I – DADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA

Informações básicas da conferência

1.1 Nome do Município	Florianópolis-SC
1.1.1 Local de Realização	Centro de Educação Continuada – CEC
1.1.2 Data da Conferência	23 e 24 de outubro de 2015
1.2 Comissão Organizadora da Conferência	<p><i>Sociedade Civil:</i></p> <p>Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEH;</p> <p>Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC;</p> <p>Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - CMDPD;</p> <p>Grupo Acontece: Arte e Política LGBT;</p> <p>Instituto Arco Íris;</p> <p>Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis - ROMA;</p> <p>Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual - INBRADIS;</p> <p>Laboratório de Relações de Gênero e Família - LabGef/UDESC;</p> <p>Laboratório de Relações de Gênero - Margens/UFSC;</p> <p>Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC.</p> <p><i>Governamental:</i></p> <p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher - CMPPM;</p> <p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial - COPPIR ;</p>

Fundação Municipal de Esportes - FME;
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
Secretaria Municipal de Comunicação - SMC;
Secretaria Municipal do Continente;
Secretaria Municipal de Educação- SME;
Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão - SMSDC;
Secretaria Municipal de Turismo - SETUR.

1.3 Número participantes total 109

1.4 Número participantes governo 16

1.5 Número participantes sociedade civil 69

1.6 Número e relação de organizações da sociedade civil participantes

- Academia/Universidade
- Coletivo LGBT UDESC
- Comissão de Assistência Psicossocial e Pedagógica / UFSC
- EPICEN@S
- Movimento de Lésbicas
- Movimento de Mulheres
- Movimento Estudantil
- Movimento Feminista
- Movimento LGBT
- Movimento Negro
- NEDAS/CCS/UFSC
- Partidos Políticos

Sindicatos	
1.7 Citar municípios presentes	Conferência Municipal de Florianópolis-SC
1.8 Convocação da Conferência	<input checked="" type="checkbox"/> Executivo – Decreto Municipal nº. 14.721, de 27 de maio de 2015 e Portaria nº 5, de 28 de agosto de 2015. <input type="checkbox"/> Conselho <input type="checkbox"/> Legislativo <input type="checkbox"/> Organização da Sociedade Civil <input type="checkbox"/> Outro
1.9 Conferências Livres realizadas no Município	Nenhuma Conferência Livre foi realizada no Município

Resultados da Conferência

2.1 Resumo das Deliberações da Conferência para o fortalecimento da política para a população LGBT	A 2ª CMLGBT caracterizou-se pela forte resistência a conjuntura política atual. Denota-se um grande retrocesso nos direitos LGBT, no plano nacional com a aprovação do Estatuto da Família e, no Plano Municipal com a supressão do debate de gênero nas escolas. Sendo assim, os debates objetivaram confrontar a ascensão das pautas conservadoras, bem como criar estratégias de luta contra todas as formas de violência e opressão a população LGBT. O debate também proporcionou a reflexão sobre a visibilidade <i>Trans</i> no movimento.
2.2 Decreto Convocatório	Decreto Municipal nº. 14.721, de 27 de maio de 2015 e Portaria nº 5, de 28 de agosto de 2015 [Em anexo].
2.3 Responsável pelo Relatório	<i>Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres – CPPM</i> Dalva Kaiser – Coordenadora 48.3251-6243
2.3.1 Nome completo da responsável pelo preenchimento	Vanessa Eidam [Responsável Técnica - Relatoria]

2.3.2 Nome da instituição/ organização a que pertence	G.LAB - Consultoria Especializada e Gerenciamento [Empresa vencedora do Edital de Credenciamento n. 412/SMA/DLC/2015]
2.3.3 Telefone com DDD	48.3209-5697 48.9615-5697
2.3.4 Endereço eletrônico	vanessa@glab.com.br contato@glab.com.br

Dados gerais do município

3.1 Existe no município organismo específico de políticas para a população LGBT?	Não, no entanto tal política está incorporada à Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, a qual vincula-se ao gabinete do prefeito e instalada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
3.2 Citar o instrumento legal de criação.	Lei n. 7.625 de 05 de maio de 2008.
3.3 Existe Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT?	Não.
3.4 Citar o instrumento legal de criação.	Não se aplica.
3.5 Quais as principais políticas para a população LGBT em desenvolvimento no município?	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas temáticas [Dia municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia]; • Atendimento à população LGBT no Ambulatório no Centro de Saúde Lagoa da Conceição; • Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior; • Realização de eventos de divulgação científica sobre gênero; • Interface da Política de Assistência Social com a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza.

BLOCO II – PROPOSTAS

<i>EIXO 1 – SAÚDE</i>				
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
<p>Realizar Seminário Municipal com o objetivo de discutir e construir estratégias para a atenção integral à saúde da população LGBT envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional de Saúde Integral LGBT; • Especificidades de gênero, classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regionais, diversidade religiosa, população em situação de rua, comunidades tradicionais e pessoas privadas de liberdade; • O enfrentamento e controle de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais entre a população LGBT, a partir da avaliação dos Plano de Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS e Plano de Enfrentamento da Feminilização do HIV/AIDS e outras DSTs; • Violências e notificação compulsória; Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no âmbito social e nos serviços de saúde. 	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>	2016	MUNICIPAL
Fomentar a adequação dos cadastros/fichas/sistemas físicos e	Secretaria Municipal	Câmara Técnica de		

<p>eletrônicos de atendimento da rede SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária), rede suplementar do município e penitenciária com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero-em todos os documentos utilizados pela rede municipal de saúde, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prontuário do SUS; • Protocolo de atendimento; • Ficha de notificação de violência; • Cartão do SUS; • Requerimento de exames; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contracheque; • Recibos de pagamento; Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB</p>	<p>2016</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>Apoiar, fortalecer e expandir para todos os serviços de atenção primária e secundária o projeto de “Ambulatório de atendimento integral de pessoas travestis e transexuais na atenção primária”, iniciado no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição em 2015, vinculado à Residência em Medicina da Família e Comunidade e à Secretaria Municipal de Saúde.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS Residência em Medicina da Família e Comunidade</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa DP MP</p>	<p>2016</p>	<p>MUNICIPAL E FEDERAL</p>

		OAB		
Sensibilizar e instrumentalizar gestoras (es) dos Programas Municipais de Saúde e profissionais da Rede Especializada para incluir em seus programas metas, ações específicas e alocação de recursos direcionados à prevenção das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais junto à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB	2016	ESTADUAL E MUNICIPAL

EIXO 2 – PREVIDENCIA SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
Produzir junto aos movimentos sociais LGBT campanhas educativas e informativas sobre Previdência Social, Trabalho e Emprego, utilizando linguagens e formatos acessíveis, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Movimentos Sociais das pessoas com deficiência	2016	ESTADUAL E FEDERAL

		Universidades Institutos de pesquisa		
Incentivar e acolher projetos de organizações da sociedade civil direcionados às temáticas: Previdência Social, Trabalho e Emprego para população LGBT.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Sistema S	2016	MUNICIPAL
Indicar a inclusão do plano de previdência a casais (casamento e união estável) homoafetivos, transexuais e travestis nas cláusulas contratuais de servidoras e servidores temporários e empresas terceirizadas atuantes na prefeitura.	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT	2016	MUNICIPAL
Divulgar junto à população LGBT os direitos assegurados através da contribuição à Previdência Social, bem como o código de contribuinte nº 5.198 para uso das(os) profissionais do sexo, seguindo o Código Brasileiro de Ocupação.	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis –	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos	2016	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

	IPREF	Sociais LGBT Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC CRAS – Centro de Referência de Assistência Social CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social		
Implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexuais, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa, seja ela na esfera pública ou privada.	Prefeitura Municipal de Florianópolis	Movimentos Sociais LGBT	2016	MUNICIPAL

EIXO 3 – TURISMO, CULTURA E ESPORTE

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
Garantir atendimento de qualidade às (aos) turistas vítimas de violências, colaborando na identificação de violências lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas e encaminhamento aos serviços competentes.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Centro de Informações ao	Polícia Civil e Militar Guarda Municipal Movimentos	CURTO PRAZO	MUNICIPAL E ESTADUAL

	Turista – CAT Ouvidoria Municipal	Sociais LGBT Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência Albergues e casas de acolhimento		
Criar campanhas publicitárias de enfrentamento ao sexismo e à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia nos esportes, especialmente junto às torcidas, times, atletas, equipes técnicas e dirigentes.	Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT UNIVERSIDADES	2016	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL
Criar editais que promovam projetos e apoio à produção e	Fundação Cultural	Movimentos	Médio prazo	MUNICIPAL,

pesquisa em cultura voltados à temática LGBT.	de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Sociais LGBT Universidades Conselho Municipal de Cultura Conselho Municipal LGBT		ESTADUAL E FEDERAL
---	---	--	--	-------------------------------

<i>EIXO 4 – EDUCAÇÃO</i>				
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
4.3.1 Elaborar diretrizes curriculares que orientem a promoção do respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a fim de colaborar para a prevenção e a eliminação das violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	2016	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

		<p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p>		
Realizar busca ativa da demanda e criar políticas intersetoriais de acesso, permanência e conclusão, que visem a alfabetização, elevação da escolaridade e qualificação profissional às pessoas travestis, transexuais e transgêneros com mecanismos de bolsas de estudo.	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação</p>	2016	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

		<p>Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p> <p>Entidades comunitárias</p>		
<p>Incluir nos editais para aquisição de materiais didáticos recomendações que garantam os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da diversidade sexual; • Enfretamento ao preconceito e à violência por gênero, orientação sexual e identidade de gênero; • Visibilidade dos diferentes arranjos familiares LGBT. 	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p>	2016	MUNICIPAL
<p>Implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexual, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa, seja ela na esfera pública ou privada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>	2016	MUNICIPAL

		Movimentos Sociais LGBT		
--	--	-------------------------	--	--

EIXO 5 – SEGURANÇA				
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
Inserir temáticas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas nas disciplinas de “Direitos Humanos” dos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento das polícias.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Secretaria Estadual de Segurança Pública Instituto Geral de Perícia ACADEPOL Guarda Municipal	Secretaria de Segurança Pública – SSP Conselho Tutelar do município de Florianópolis CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social Centro POP – Centro de Referência à População que Vive em Situação de Rua	2016	MUNICIPAL E ESTADUAL
Garantir o cumprimento do Decreto Municipal nº 3.868 de 16 de dezembro de 2005, que determina a identificação em local visível do nome, patente ou cargo bordados na roupa das (os) profissionais de segurança pública, bem como garantir as	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC	Movimentos Sociais LGBT	2016	MUNICIPAL E FEDERAL

devidas sanções em razão do descumprimento do decreto já mencionado.	Secretaria Estadual de Segurança Pública Guarda Municipal			
Garantir o cumprimento da laicidade nos órgãos de segurança pública municipal.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT COPPIR – Coordenadoria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial	2016	MUNICIPAL

EIXO 6 – COMUNICAÇÃO

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
Promover formação continuada aos profissionais e estagiárias (os) da comunicação e funcionárias (os) contratadas (os) e terceirizadas (os), contemplando os seguintes temas e sua problematização: <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM Sindicato dos	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT	2016	FEDERAL

<ul style="list-style-type: none"> • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; <p>Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso da linguagem não sexista. 	<p>Jornalistas</p> <p>Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina – SINTTEL</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		
<p>Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2016</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>Normalizar e padronizar a linguagem de mídia de acordo com o Manual de Comunicação ABGLT e o Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem, contemplando nas imagens a diversidade em todos os seus segmentos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Sindicato dos Jornalistas</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos</p>	<p>2016</p>	<p>MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL</p>

	Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina – SINTTEL	Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil		
Criar, produzir e garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes promovam a visibilidade das expressões identitárias LGBT contemplando as diversidades corporais, assim como dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais.	Secretaria Municipal de Comunicação e demais secretarias municipais	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Coordenadorias Municipais Conselhos Municipais	2016	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

EIXO 7 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	PRIORIDADE
Promover formação inicial e continuada junto às equipes técnicas e gestoras de toda rede socioassistencial do SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), conselho municipal de	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do	2016	

<p>assistência social (demais conselhos), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e contratadas pela prefeitura contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias; • Estigma e discriminação de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Inclusão das pessoas LGBT com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Arranjos familiares LGBT; • Dificuldades, desafios e possibilidades de garantia dos direitos LGBT no contexto da Assistência Social. 	<p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos profissionais</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p> <p>Organizações não-governamentais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>FEDERAL</p>
<p>Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social a temática de gênero e sexualidades.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Secretaria Municipal de Administração –</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos</p>	<p>2016</p>	<p>MUNICIPAL</p>

	SMA	Sociais		
<p>Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e contratadas pela prefeitura com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e a inclusão da modalidade “Violência lesbofóbica, homofóbica, bifóbica e transfóbica” em todos os documentos utilizados pela rede socioassistencial, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas e formulários de atendimento; • Cadastro de pessoas em situação de rua; • Prontuário do SUAS; • Cadastro no Sistema de Benefícios Eventuais; • Cadastro no Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV; • Sistema CAD Único; • Certificados; • Crachás e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p> <p>Secretaria Municipal de Administração - SMA</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p>	2016	FEDERAL
Indicar que no regimento da entidade que firmará termo de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência	Câmara Técnica de Avaliação e	2016	

<p>sejam respeitadas as especificidades da população LGBT, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito à identidade de gênero no acesso ao alojamento; • Não obrigatoriedade de participação nas atividades de cunho religioso ofertadas pela entidade; • Respeito à diversidade religiosa; • Respeito à identidade de gênero quanto à estética pessoal (corte de cabelo, maquiagem, vestimenta, etc.); • Participação das (os) funcionárias(os) em atividades de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. 	<p>Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Conselhos Municipais de Direitos</p> <p>Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>MUNICIPAL E ESTADUAL</p>
<p>Implantar no município Centro de Referência LGBT, para garantir direitos tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assessoria jurídica; • Acolhimento psicossocial; • Abrigamento de pessoas LGBT em situação de rua; • Cursos de formação e capacitação profissional; • Orientação pedagógica 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos Municipais de</p>	<p>2016</p>	<p>MUNICIPAL</p>

		Direitos		
		Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas		
		Defensoria Pública do Estado		
		Ministério Público do Estado		

BLOCO III - ELEIÇÃO DAS DELEGADAS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Ata de eleição das (os) delegadas (os) da II Conferencia Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT de Florianópolis.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2015, a plenária final da II CMLGBT se reuniu para eleger as (os) delegadas (os) para a III Conferencia Estadual LGBT (III CELGBT). A mesa foi composta pelos membros da Comissão Eleitoral, sendo eles:

- **Marília dos Santos Amaral;**
- **Maurício Giraldi;**
- **Fabrcício Lima;**
- **Guilherme Filipe Andrade dos Santos.**

O processo eleitoral para eleição de delegadas (os) para III CELGBT aconteceu obedecendo ao Regimento Interno, que em seu artigo 21 prevê:

“**Art. 21** - A conferência municipal elegerá delegadas (os) para a conferência estadual observando a proporcionalidade de 70% de representantes da sociedade civil e 30% de representantes do governo municipal, conforme orientações nacionais.

- 70% (Setenta por cento) de representantes da sociedade civil, totalizando vinte e um (21) delegadas (os);
- 30% (Trinta por cento) de representantes do governo municipal, totalizando nove (09) delegadas (os)”.

Também com base no regimento interno, foi realizado o processo eleitoral para as (os) delegadas (os) da sociedade civil que irão compor a III CELGBT. Sobre esse processo o §2º prevê:

“§2º- A delegação da sociedade civil deve ser **ELEITA ENTRE SEUS PARES** e ser definida, seguindo a seguinte composição:

- 60% (sessenta por cento), no mínimo, de delegadas com identidade de gênero feminina (mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis), totalizando treze (13) delegadas;

- 40% (quarenta por cento) de delegados com identidade de gênero masculina (homens gays, bissexuais e homens trans), totalizando oito (8) delegados.”

Marília presidiu a mesa, anunciando a necessidade de 13 delegadas para compor o segmento da sociedade civil do gênero feminino, no entanto haviam apenas 12 inscritas. No que se referia ao número de delegados de gênero masculino as 8 vagas de candidatos haviam sido devidamente preenchidas. No segmento governamental haviam 8 inscritas (os) para 9 vagas.

Para que todas as vagas da Conferência Estadual fossem preenchidas, Fabrício realizou uma proposta a plenária final, para a inclusão de uma candidata governamental que não se encontrava presente, porém que participou de todo o processo de construção da Conferência Municipal, indicando o nome de Margarida Machado. Dalva, por sua vez, explicou a trajetória de trabalho de Margarida Machado e o motivo dela não estar presente na conferência, a qual, havia sofrido um acidente de carro. A proposta foi colocada em votação na plenária final e o nome de Margarida foi aprovado como candidata.

Para preencher a última vaga do segmento da sociedade civil para delegada estadual, foi indicado o nome de Lirous Kio Fonseca Ávila, que também foi aprovado por aclamação da plenária.

Com todas as vagas de candidatas e candidatos preenchidas, as (os) componentes da mesa apresentaram os nomes, que ficaram assim organizados:

Representantes da Sociedade Civil (gênero masculino):

- Fabrício Bogas Gastaldi – Grupo Acontece – Arte e Política LGBT
- Leonardo Matheus da Silva – FAED/UDESC
- Zeno Carlos Tesser Junior – NEDAS/UFSC
- Ricardo Medeiros – INBRADIS
- Rodrigo Otávio Moretti Pirer – NIGS/EPICEN@S/UFSC
- Alexandre Bogas Fraga Gastaldi – Grupo Acontece – Arte e Política LGBT
- João Manuel Nunes Souza – Grupo LGBT/ UDESC
- Daniel Kerry dos Santos – Núcleo Margens/UFSC

Representantes da Sociedade Civil (gênero feminino):

- Katarina Kristie Martins Lopes Galilan – UDESC
- Maria Juracy Filgueiras Toneli – Núcleo Margens/UFSC
- Daniela Silva de Campos Vasconcelos – Direitos Humanos
- Karime Tavares dos Santos – Coletivo Quilombo
- Ana Maria Mujica Rodriguez – NIGS/EPICEN@S/UFSC
- Maria Helena Lenzi – Grupo Acontece – Arte e Política LGBT
- Cristina Gomes Lamounier – Professora
- Laura Materdal – Serviço Social/UFSC
- Carla Simara L. S. Salasário Ayres – Grupo Acontece – Arte e Política LGBT
- Virginia de Santana C. Lino Nunes – Liga Brasileira de Lésbicas/NIGS-UFSC
- Lirous Kyo Fonseca Ávila – ADEH (Movimento LGBT)
- Fabrícia de Souza – ADEH
- Jennifer Lilian Lopez Torres – ROMA

Segmento governamental:

- Maria Francisca dos Santos Daussy – Secretaria Municipal de Saúde
- Giovane Luz – Secretaria Municipal de Turismo
- Fernando Cavallari Carneiro – Secretaria Municipal de Assistência Social
- Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes – CMPPM
- Sonia Santos Lima de Carvalho – Secretaria Municipal de Educação
- Daniel Godinho Berger – Secretaria Municipal de Educação
- Anderson C. Santos de Abreu – Secretaria Municipal de Assistência Social
- Dalva Maria Kaiser – CMPPM
- Margarida Machado – Secretaria Municipal do Continente

Sendo o número de candidatas (os) o mesmo número de delegadas (os) necessárias (os), todas e todos foram eleitas (os) por aclamação da plenária final. Todas

(os) comporão a delegação representante do município de Florianópolis na Conferência Estadual.

Dalva agradeceu a todas (os) pela presença, participação e construção da II CMLGBT, em especial a câmara técnica municipal, e assim deu por encerrado os trabalhos, convidando a todas (os) para o café de encerramento.

Não tendo mais nada a relatar, eu, Relatora Geral da II CMLGBT, Vanessa Eidam, assino a presente ata.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

Vanessa Eidam
Relatora

Delegadas da sociedade civil – feminino

1.Nome:	Jennifer Lilian Lopez Torres
2.Email:	Jenniferlopez0309@gmail.com
3.RG/CPF:	V – 126600-c/003.797.079-85
4.Telefone	48 – 9660-4695
5.Endereço:	Servidão Cardoso, 109 ap. 4

1.Nome:	Fabrizia de Souza Felipe
2.Email:	atendimento.adeh@gmail.com
3.RG/CPF:	4313183-2/042.246.139-30
4.Telefone	48 – 9652-8658
5.Endereço:	Rua Egídio Ferreira 1100

1.Nome:	Lirous Kyo Fonseca Ávila
2.Email:	lkyomail@gmail.com
3.RG/CPF:	6186232/006.261.690-03
4.Telefone	48-9817-2330
5.Endereço:	Delminda Silveira, 729, Apto 106B

1.Nome:	Virginia de Santana C. Lino Nunes
2.Email:	virginia.ufrb@gmail.com

3.RG/CPF:	774972017/025.313.835-30
4.Telefone	48-9119-7935
5.Endereço:	Rua Hercílio Luz, Andres, apto 305

1.Nome:	Carla Simara L. S. Salasário Ayres
2.Email:	carlazzl@hotmail.com
3.RG/CPF:	7253438SSP-SC/367.328.708-74
4.Telefone	48-9618-1298
5.Endereço:	Rua Fernando Ferreria Mello, 376, Bom Abrigo

1.Nome:	Laura Materdal
2.Email:	isismah@hotmail.com
3.RG/CPF:	22296409/ 753.381.909-82
4.Telefone	48-41413635
5.Endereço:	Rua Rad. Carlos Alberto Campos

1.Nome:	Cristina Gomes Lamounier
2.Email:	Cristina.lamounier22@gmail.com
3.RG/CPF:	4985327DGPC-GO/024.958.961-38
4.Telefone	48-8822-8737
5.Endereço:	Serv. João Sinfroonio Pereira, 275, Rio Tavares

1.Nome:	Maria Helena Lenzi
2.Email:	Prenom.marie@gmail.com
3.RG/CPF:	3329636SSP-SP/036.233.599-04
4.Telefone	48 – 9903-0901
5.Endereço:	Serv. Oscar João Costa, 52

1.Nome:	Ana Maria Mujica Rodriguez
2.Email:	Anama_mr21@yahoo.com
3.RG/CPF:	V849952G-DPF-SC/012.413.749-02
4.Telefone	48-9655-9337
5.Endereço:	Rua Rodolfo Manoel Bento,160,Carvoeira

1.Nome:	Karime Tavares dos Santos
2.Email:	Karime.mmm@gmail.com
3.RG/CPF:	6255901SSP-SC/139.626.017-08
4.Telefone	47 – 9209-1616
5.Endereço:	Rua Silva Jardim,249.

1.Nome:	Daniela Silva de Campos Vasconcelos
2.Email:	ddecampos@yahho.com
3.RG/CPF:	7001358/764.157.670-20

4.Telefone	48-9146-4878
5.Endereço:	Manoel Alves Ribeiro, 57, Tapera

1.Nome:	Maria Juracy Filgueiras Toneli
2.Email:	Juracy.toneli@gmail.com
3.RG/CPF:	MG694049SSP-MG/314.966.366-00
4.Telefone	48-9972-4581
5.Endereço:	R. Douglas Seabra Levier,100, ap.501

1.Nome:	Katarina Kristie Martins Lopes Galilan
2.Email:	katarina.lopes@hotmail.com
3.RG/CPF:	5442938/110.646.369-26
4.Telefone	48-9839-2123
5.Endereço:	R. Vereador Osni Ortiga, 2267, Lagoa da Conceição

Delegados da sociedade civil – masculinos

1.Nome:	Fabrcio Bogas Gastaldi
2.Email:	fabriciogastaldi@hotmail.com
3.RG/CPF:	6947179SSP-SC/36256078-09
4.Telefone	48 – 9981-0485
5.Endereço:	R. Antônio Francisco da Silveira,298, Pantanal

1.Nome:	Zeno Carlos Tesser Junior
2.Email:	zenotjr@hotmail.com
3.RG/CPF:	94243297SESP-PR/060.985.219-13
4.Telefone	48 – 9686 - 3955
5.Endereço:	Rua Agê Fortkamp, 764, Trindade

1.Nome:	Leonardo Matheus da Silva
2.Email:	leonardo_matheuss@hotmail.com
3.RG/CPF:	6750646SSP-SC/099.073.099-90
4.Telefone	48 – 8827-1494
5.Endereço:	R. Des. Flavio Tavares da Cunha Mello, 273, Coqueiros

1.Nome:	Ricardo Medeiros
2.Email:	ricardomedeirosfloripa@gmail.com
3.RG/CPF:	556710/289.223.959-13
4.Telefone	48 – 9952-0844
5.Endereço:	Rua Jerônimo José Dias, 680

1.Nome:	Rodrigo Otávio Moretti Pirer
2.Email:	rodrigo.moretti@ufsc.br

3.RG/CPF:	30455294-x, SSP-SP/264.986.708-60
4.Telefone	48 – 8823-4271
5.Endereço:	R. Deputado Edu Vieira,1620, apto. 106G

1.Nome:	Alexandre Bogas Fraga Gastaldi
2.Email:	alebogas@gmail.com
3.RG/CPF:	7309489/297.010.878-01
4.Telefone	48 – 9982-5691
5.Endereço:	Rua Antônio da Silveira, 298, Pantanal

1.Nome:	Daniel Kerry dos Santos
2.Email:	dakerry@gmail.com
3.RG/CPF:	435149465SSP-SP/340.621.348-02
4.Telefone	48 – 9612-2463
5.Endereço:	R. Des. Pedro Silva,2202, bloco 34, ap. 34, Coqueiros.

1.Nome:	João Manuel Nunes Souza
2.Email:	joamanoelnunes@gmail.com
3.RG/CPF:	5752055/078.914.979-66
4.Telefone	48 – 9639-5362
5.Endereço:	Rua Rômulo Coutinho de Azevedo, 142, Sta Mônica

Delegadas (os) da esfera governamental

1.Nome:	Maria Francisca dos Santos Daussy
2.Email:	transdaussy@gmail.com
3.RG/CPF:	M3566386SSP-MG/576.059636-53
4.Telefone	48 – 9938-7874
5.Endereço:	Estrada Rosália Paulina Ferreira, 4160, Costa de Dentro.

1.Nome:	Giovane Luz
2.Email:	giovani.seture@gmail.com
3.RG/CPF:	4690893/047.251.449-08
4.Telefone	48 - 99316208
5.Endereço:	Rua Paula Ramos, 148 Capoeiras.

1.Nome:	Fernando Cavallari Carneiro
2.Email:	fercavallari@gmail.com
3.RG/CPF:	5970855SSP-SC/347.520.018-02
4.Telefone	48 – 9967-3555
5.Endereço:	Rua Amaro Antonio Vieira, 2383, ap.517, Itacorubi

1.Nome:	Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes
----------------	------------------------------------

2.Email:	cidinhajv@ig.com.br
3.RG/CPF:	4571273-5/030.570.437-04
4.Telefone	48 – 9980-2903
5.Endereço:	Serv. Antônio Irineu da Silva, 66, Córrego Grande

1.Nome:	Sonia Santos Lima de Carvalho
2.Email:	Soniaslc1964@gmail.com
3.RG/CPF:	14653800/543.655.629-91
4.Telefone	48 – 9967-5764
5.Endereço:	Rua José Bonifácio, 393, Estreito.

1.Nome:	Anderson C. Santos de Abreu
2.Email:	andresoncsabreu@gmail.com
3.RG/CPF:	5027986/050.712.789-79
4.Telefone	48 – 9621-2010
5.Endereço:	Rua Manoel Soares D'azevedo Maia, 3608

1.Nome:	Daniel Godinho Berger
2.Email:	dgberger@gmail.com
3.RG/CPF:	36171379/88047535
4.Telefone	48 – 9608-2404

5.Endereço: Rua Renê Puchulu Mapeli, 84, Carianos

1.Nome: Dalva Maria Kaiser

2.Email: dalvak@yahoo.com.br

3.RG/CPF: 2646428/811.949.009-68

4.Telefone 48 – 9128-4299

5.Endereço: Av. Des. Pedro Silva, 3162, ap.104, Coqueiros

1.Nome: Margarida Machado

2.Email: Xxxxx

3.RG/CPF: 00000

4.Telefone 00000.

5.Endereço: 000000

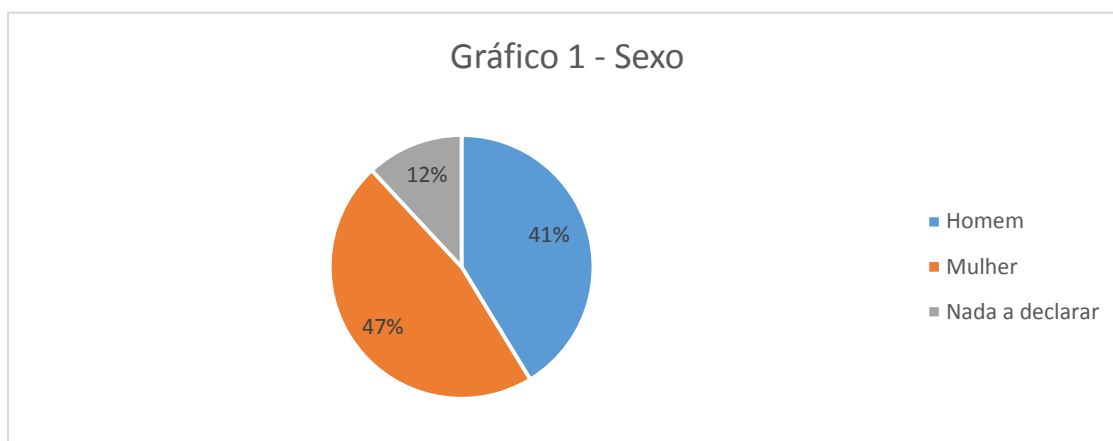
PERFIL DAS (OS) PARTICIPANTES

A II CMLGBT abriu pré-inscrição via internet, por este canal se inscreveram um total de **XXXX** pessoas. No entanto, nos dois dias de conferência participaram 109 pessoas, logo, **XXX** % do total de inscritos virtualmente.

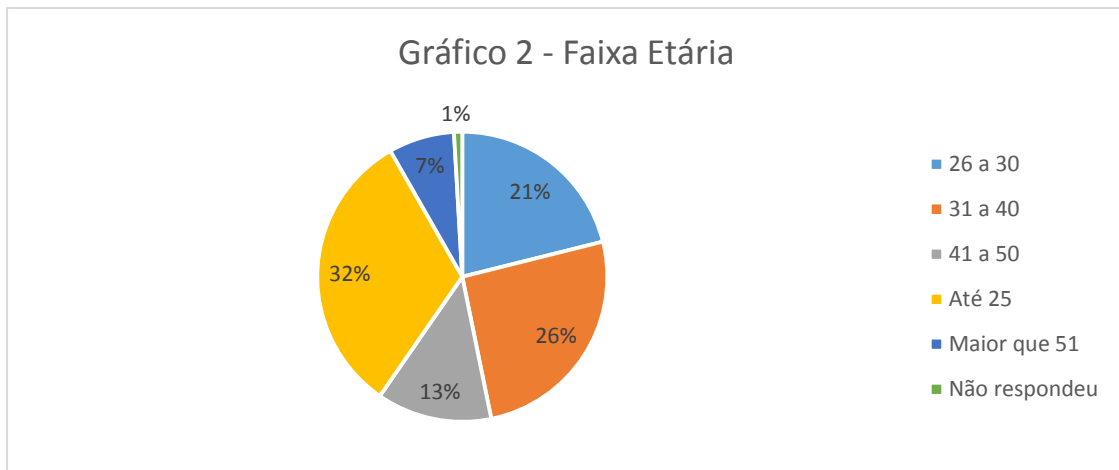
A conferência foi amplamente divulgada pela CMPPM e demais parceiros através de diversos canais virtuais, banners, folders, cartazes e sites.

Através das perguntas realizadas as (os) participantes da conferência no ato da inscrição virtual, pudemos levantar um perfil das (os) mesmas (as).

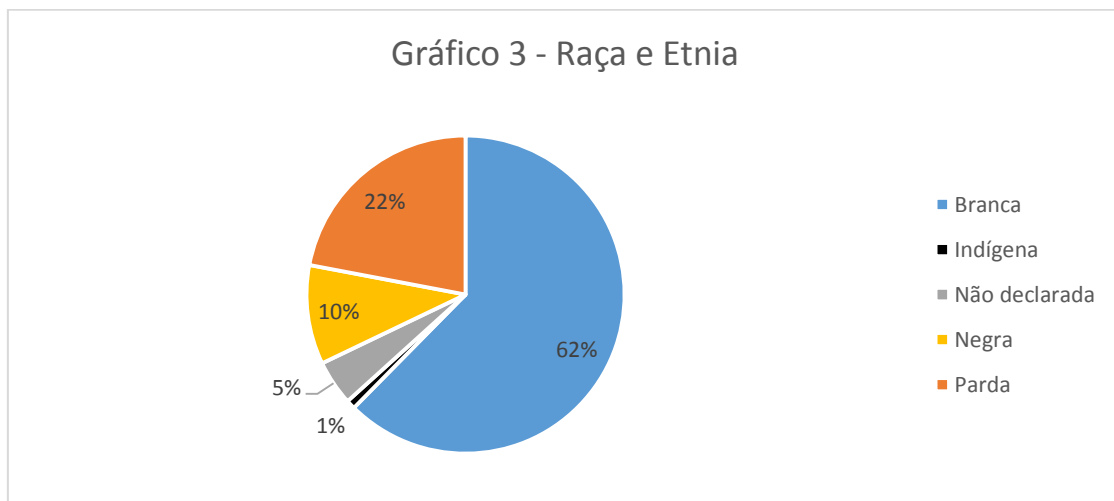
No que se refere ao sexo das (os) participantes, 47% declararam ser mulheres, 41% declararam serem homens e 12 % não declaram sexo. Esses números podem ser observados no gráfico abaixo:



No que diz respeito a faixa etária 21% das (os) participantes possuem entre 26 e 30 anos, 26% possuem de 31 a 40 anos, as (os) participantes até 25 anos somam 32%, mais que 51 anos somam 7%, aqueles que possuem de 41 a 50 anos somam 13% e 1% não respondeu esta pergunta. Observa-se uma população adulta e relativamente jovem, sendo que 53% das (os) participantes possuem até 30 anos. Os percentuais podem ser verificados no gráfico abaixo.

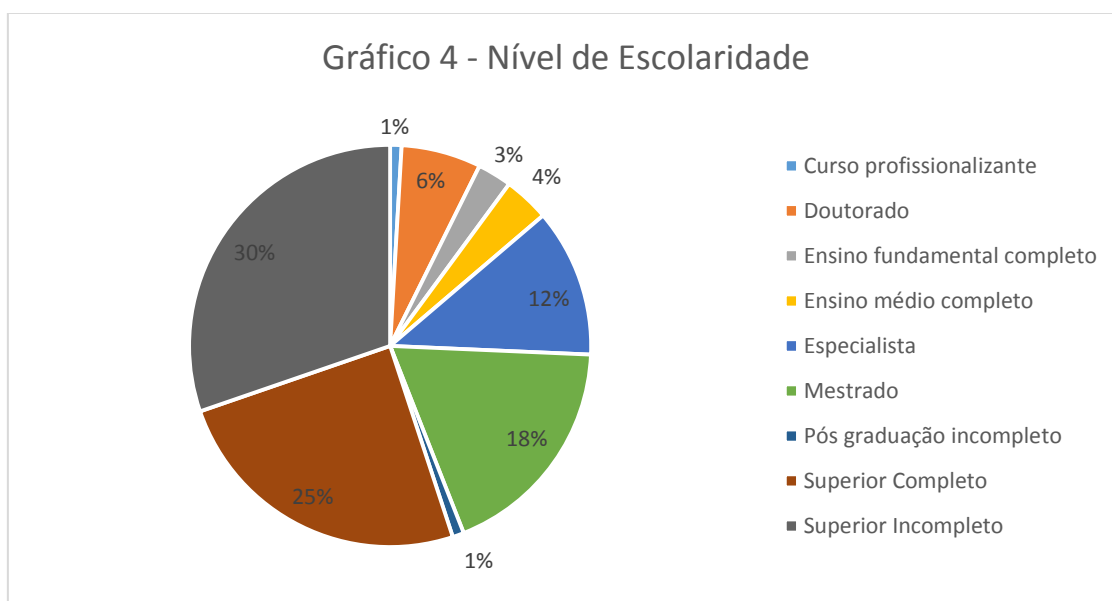


No que se refere a raça e etnia das (os) participantes, 62% se declararam brancos, 22% pardos, 10% negros, 1% indígenas e 5% não declararam raça ou etnia. Com relação a esses dados, verifica-se a particularidade do sul do país e, em especial do estado de Santa Catarina, que segundo o IBGE é o estado mais branco do país, com 84% de pessoas brancas. No entanto, também revela a dificuldade de participação das pessoas negras, que acabam não acessando ou ainda acessando parcialmente esses espaços de controle social.



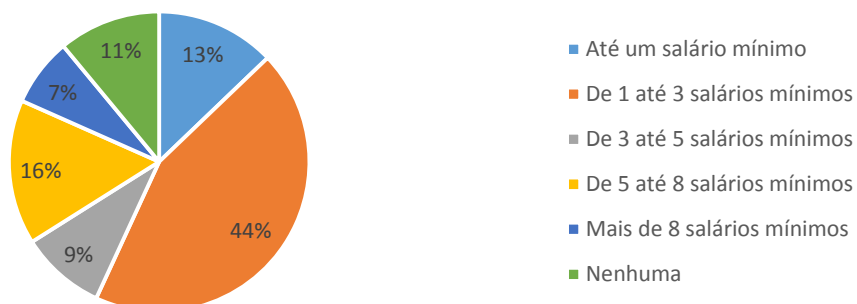
O mesmo observa-se no quesito nível de escolaridade, os dados apontam que as (os) participantes da conferência possuem um alto nível de escolaridade. Os números são os seguintes: 30% possuem nível superior incompleto (ou seja, estão cursando a graduação), 25% possuem nível superior completo, 18% possuem mestrado, 12% possuem especialização, 6% possuem doutorado, 4% possuem ensino médio completo,

3% possuem ensino fundamental completo, 1% possuem curso profissionalizante e 1% tem pós-graduação incompleta. Desta forma, observa-se que 92% das (os) participantes estão ou já estiveram no ambiente acadêmico, sendo que 37% encontram-se em nível de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização). Considerando os dados apresentados, tem-se a tendência deste espaço ser acessado predominantemente pela academia, o que por um lado eleva o nível do debate fundamentando-o teoricamente, e por outro, revela a dificuldade de participação das pessoas com um grau de escolaridade menor.



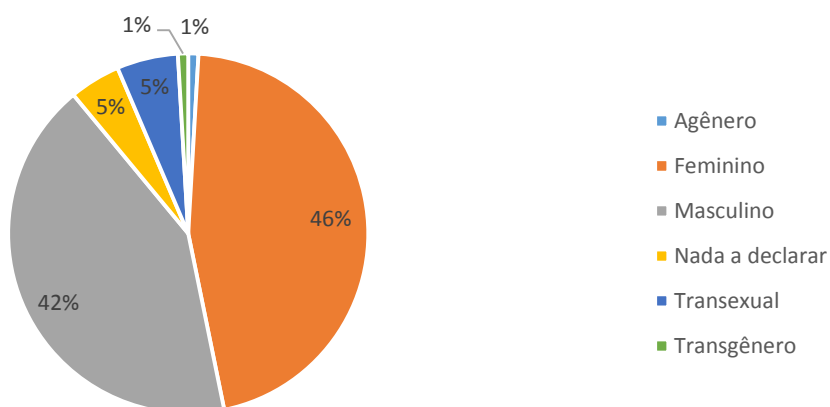
No quesito nível de renda observa-se que um relevante percentual apresenta, um alto nível de renda. Sendo 44% recebem uma renda de até 3 salários mínimos e 32% somados os percentuais recebem mais que 3 salários mínimos. Apenas 23% recebem até um salário mínimo ou ainda não declaram renda.

Gráfico 5 - Nível de Renda

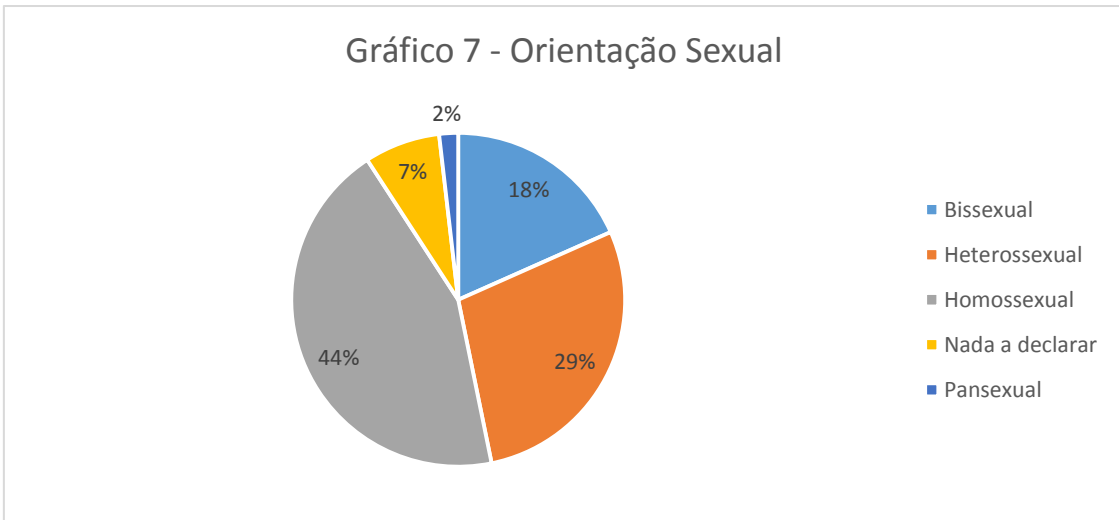


Na pergunta sobre gênero ou identidade de gênero 46% das participantes se declararam do gênero feminino e 42% do gênero masculino. Transexuais e transgêneros somaram 7%, 5% não se declaram e 1% se declarou agênero.

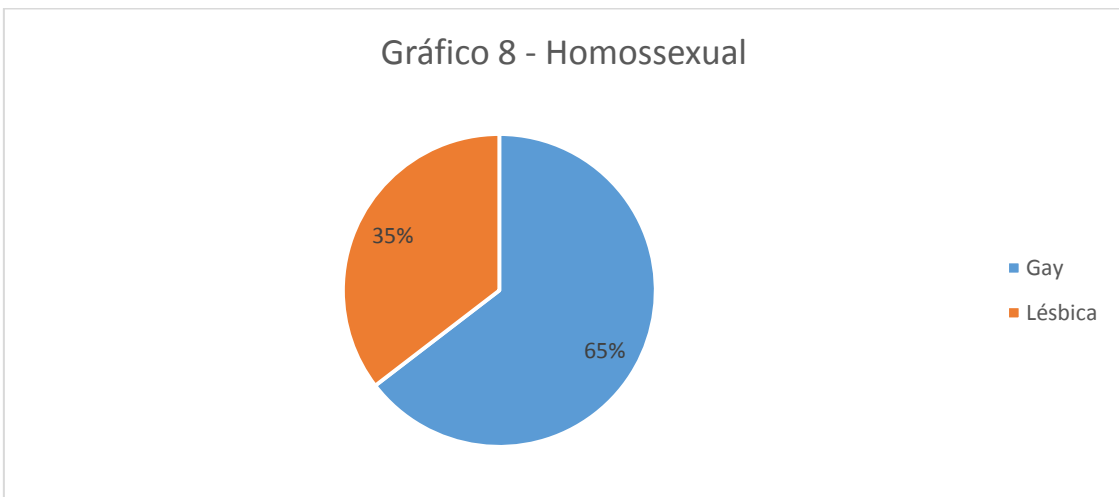
Gráfico 6 - Identidade de Gênero



A pergunta referente a orientação sexual demonstra que o maior percentual são de pessoas que se declararam homossexuais, seguida de uma relevante participação de pessoas heterossexuais. Bissexuais aparecem com 18% na participação.



Com as informações referentes ao gráfico acima, das (os) participantes homossexuais, foi realizado um subgráfico, que apontou que daquelas (es) que se declaram homossexuais, 35% são lésbicas e 65% são gays.



PROGRAMAÇÃO DA II CMLGBT

Dia 23 de outubro de 2015 (sexta-feira):

18h00 – Credenciamento e lanche;

19h00 – Cerimônia de abertura;

19h45 – Conferência Magna com o tema: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”;

20h30 – Plenária de apreciação do regimento interno;

22h00 – Encerramento do primeiro dia.

Dia 24 de outubro de 2015:

9h00 – Mesa redonda: Possibilidades e desafios n implantação de políticas LGBT;

10h00 – Encaminhamento para os grupos de discussão;

12h00 – Almoço no local;

13h00 – Retomada dos trabalhos de grupo e sistematização dos indicativos para a apresentação e aprovação dos indicativos;

16h00 – Lanche;

16h30 – Apresentação e votação das delegadas para a conferência estadual;

17h00 – Leitura das moções;

18h00 – Encerramento da conferência.

MOÇÕES

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro de 2015, segundo dia da II CMLGBT, chegaram à mesa as moções elaboradas pelos participantes desta conferência. São elas: três moções de apoio, duas moções de repúdio e duas moções de recomendação. Todas foram assinadas, lidas, votadas e aprovadas por unanimidade pela plenária final.

MOÇÃO DE APOIO

Nós, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais participantes vimos por meio desta declarar nosso apoio à imediata aprovação do Conselho Municipal LGBT de Florianópolis a fim de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações e políticas LGBT já previstos no Plano Municipal de Políticas LGBT.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

Nós, LGBT e participantes reunidos na II CMLGBT apoiamos, reconhecemos e louvamos a ativação da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres em prol das Políticas LGBT do Município.

Por reconhecer tal trabalho, apoiamos a criação da Secretaria Municipal de Mulheres a fim de ampliar as possibilidades de ação e atuação nesta área. Bem como apoiamos e recomendamos a criação de uma Coordenadoria Municipal de Políticas LGBT de modo a efetivar mais diretamente as políticas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

Nós, participantes da II Conferência Municipal LGBT de Florianópolis apoiamos o fortalecimento e expansão para todos os serviços de atenção primária o projeto “Ambulatório de Atendimento Integral de Pessoas Travestis e Transexuais” na Atenção Primária, iniciado no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição – Florianópolis, em 2015 vinculado à Residência em Medicina da Família e Comunidade e à Secretaria Municipal de Saúde.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, participantes da II CMLGBT declaramos nosso repúdio a retirada das discussões de gênero dos planos municipal, estadual e nacional de educação.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

As/os representantes da sociedade civil e movimento LGBT presentes na II CMLGBT declaramos aqui nosso repúdio a prática de exclusão e segregação do movimento social nas discussões de organização e planejamento das edições da Parada da Diversidade de Florianópolis.

Entendemos que o evento deve ser pactuado de modo a atuar como instrumento de visibilidade, mas sobretudo de reivindicação de políticas públicas e de direitos e cidadania da população LGBT florianopolitana como um todo.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Propomos que, na descrição da sigla LGBT, sejam feitas referências à: “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros Binários e não

Binários, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais”, de modo a compreender as diversidades dentro do próprio movimento, às esferas estadual e nacional.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

As/os participantes presentes na II CMLGBT recomendamos por meio desta a criação de uma Comissão de Conferência para acompanhar e monitorar as discussões da reunião ampliada da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores que discutirá a reinclusão das “discussões de gênero” no Plano Municipal de Educação.

Florianópolis, 24 de outubro de 2015.

RELATORIA DA CONFERÊNCIA

23 de outubro - Período da Noite

A 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT de Florianópolis teve início no dia 23 de outubro às 19 horas com credenciamento e oferta de lanche aos participantes.

A mesa de abertura ora anunciada pela cerimonialista Lúcia Gutierrez, contou com a composição das seguintes autoridades, a saber:

- Secretário Municipal de Assistência Social - Djair de Oliveira Júnior;
- Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis - Afrânio Bopré;
- Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis - Lino Fernando Bragança Peres;
- Diretor Geral do Instituto Diversidade Sexual da Grande Florianópolis (ROMA)- Fabrício Lima;
- Secretário Municipal de Educação - Rodolfo Pinto da Luz
- Membro da Comissão da Diversidade Sexual da OAB/SC - Ricardo de Souza Wack;

- Coordenadora Geral da Associação em Defesa dos Direitos Humanos - Lirous K'yo Fonseca Ávila;
- Diretora de Gestão da Informação do Grupo Acontece Arte e Política LGBT e Vice Presidenta da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Maria Guilhermina Cunha Salasário Ayres;
- Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - Dalva Kaiser.

Após a composição da mesa de abertura do evento, ocorreu uma apresentação artística do Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT de Florianópolis. A cerimonialista convidou a todos para em sinal de respeito ficarem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro. A execução foi acompanhada pela equipe de Libras Tiago Coimbra Nogueira e Maitê Maus da Silva. Na sequência os membros da mesa iniciaram as suas falas, as quais, estão abaixo descritas:

- Ricardo Waick: Cumprimenta a mesa, especialmente a senhora Dalva Kaiser e demais participantes do evento. Parabeniza a todos (as) pelo interesse na temática, considera que teremos uma sociedade justa por meio da luta contra as formas de opressão.
- Guilhermina Ayres: Comenta que nesse ano casou-se legalmente com sua companheira, sendo assim, adotou o sobrenome Ayres, considera que o casamento homoafetivo foi um direito que a comunidade LGBT conseguiu alcançar. Esclarece que um dos motivos de estarmos aqui é para discutirmos as políticas públicas para que realmente se efetivem, ressalta a importância da aprovação do Conselho Municipal LGBT.
- Fabrício Lima: Cumprimenta a mesa, especialmente a senhora Dalva Kaiser. Ressalta que nesse evento tem-se a oportunidade de discutir as políticas públicas. Ressalta a importância de inserir nos Planos e nas Grades Escolares a temática de gênero e dos direitos da comunidade LGBT.
- Lirous Ávila: Cumprimenta os participantes, inicia sua fala com alguns questionamentos aos participantes do evento: “Quem são os participantes que queremos atingir?” “Eles estão aqui?”. Problematiza algumas questões pertinentes a participação da comunidade LGBT nos espaços de controle social. Saúda a primeira Presidente Transexual do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Keli Vieira.

- Dalva Kaiser: Cumprimenta os participantes, comenta que está se sentindo realizada, pois o evento conta com uma participação expressiva, agradece a dedicação dos membros da Comissão Organizadora. Comenta que a discussão sobre a criação do Conselho LGBT está na Comissão de Justiça.
- Lino Peres: Cumprimenta a todas e todos, expressa que a Conferência é fruto do primeiro evento realizado no ano de 2011. Salienta a importância da criação do Conselho LGBT no município de Florianópolis.
- Afrânio Bopré: Cumprimenta os participantes, deseja sucesso ao desenvolvimento da conferência, comenta sobre o avanço de valores morais, comportamentais, sociais conservadores, principalmente em âmbito do executivo municipal. O vereador comenta alguns retrocessos ocorridos na pauta LGBT como a retirada da categoria Gênero no Plano Municipal de Educação. Afirma que tem orgulho da atuação de seu partido PSOL, principalmente pela representatividade do Deputado Jean Wyllys, por fim, ressalta a importância do respeito a sociodiversidade.
- Rodolfo Pinto da Luz: Comenta que a escola deve preparar os estudantes para a vida, devemos debater e discutir as ideias de forma pacífica, temos que realizar a discussão da diversidade sexual desde cedo, dessa forma integrar a todos. Avalia que a Base Nacional Curricular deve ter maior amplitude para tratar sobre gênero.
- Djair de Oliveira Júnior: Cumprimenta a equipe Organizadora e demais membros da mesa de abertura. Entende que a Conferência é um espaço de participação e diálogo, é muito importante a realização do evento no atual momento político. É necessário respeitar as escolhas, é necessário um mundo de paz.

A Conferência Magna foi ministrada por participantes de movimentos sociais. Estava previsto na programação do evento a presença de algum representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, entretanto, devido a atrasos advindos da reorganização ministerial.

O debate fora realizado por Guilhermina Ayres, Fabricio Lima e Lirous K'yo Fonseca Ávila. O tema da Conferência Magna foi: Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Abaixo, estão descritas as falas:

- Guilhermina Ayres: Hoje estamos analisando o Plano Municipal de Políticas Públicas LGBT, de forma articulada com as demais políticas setoriais. Salieta a importância da leitura do material de base distribuído no credenciamento, é necessário analisar o seu conteúdo, para escrevermos políticas públicas eficazes. Tudo o que fazemos enquanto cidadãs LGBT'S, a mídia está em cima.
- Fabrício Lima: Trabalhamos bastante no Plano Municipal de Educação, por mais que os eixos já tenham sido definidos para esta conferência, é possível discutirmos propostas transversais, possibilitando gerar novas propostas. Convida os participantes do evento para a realização de uma articulação nas escolas e universidades para a defesa da categoria gênero nos Planos de Educação. Em nível municipal o Plano de Educação sofreu um retrocesso, bem como possivelmente sofrerá em nível Estadual e Nacional.
- Lirous Ávila: Serei bem breve. A minha fala terá um recorte bem definido, vejo a participação de muitos que não participavam, precisamos começar a se empoderar, não podemos ficar mais a margem, fazendo diferente que vem acontecendo nos demais estado do País. Não conseguiremos avançar nas políticas públicas se não nos fizermos presentes nos espaços, devemos trazer diversas experiências e vivências. Não podemos ser apenas as atrações artísticas, devemos falar nos espaços políticos. Nada deve ser discutido sem nós. Que a conferência possibilite a construção de novas possibilidades.

Por volta das 20h 15 min iniciou-se leitura do Regimento Interno pelos membros da mesa, a relatora Vanessa Eidam acompanhou os destaques realizados de forma democrática pelos participantes. A nova versão do regimento interno encontra-se disponível neste relatório. Não foi possível aprovar nesse dia a composição da Comissão Eleitoral para o processo de votação dos delegados, devido aos atrasos ocorridos no debate do regimento interno. Este primeiro dia de trabalho da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT de Florianópolis encerrou-se às 22h20 min.

Segundo dia de Conferência - 24 de outubro de 2015

A retomada das atividades da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT de Florianópolis ocorreu na manhã do dia 24 de outubro às 09h40. As atividades previstas nesse período iniciaram com atrasos. A mesa redonda abordou a seguinte temática: Possibilidades e desafios na implantação de políticas LGBT. O debate foi fomentado pelos seguintes palestrantes: Vereador Lino Bragança Peres; Carla Simara Salásario Ayres e Maria Aparecida Cabral de Sá. Sistematiza-se abaixo, as falas dos palestrantes:

- Maria Aparecida de Sá: Comenta que realizará um balanço das ações realizadas pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres e pelos movimentos sociais. A comissão realizou a minuta do Conselho, foi criado também uma câmara técnica de avaliação e monitoramento do Plano LGBT, instituída por meio de decreto.

Houveram algumas alterações no Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. No Plano anterior haviam 11 eixos, entretanto, em sua versão atualizada fixaram-se 7. O eixo sobre a política de Assistência Social foi criado.

No tocante ao eixo de Saúde a PMF garantiu o atendimento a homossexuais vítimas de violência por meio do Protocolo da RAIVS; Inclusão de identidade de gênero/ orientação sexual na ficha de notificação de violência; Extensão e garantia do direito à saúde suplementar ao cônjuge dependente nos casais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, bem como o atendimento a comunidade LGBT no ambulatório localizado na Lagoa da Conceição.

- Lino Peres: O palestrante afirma que em junho o PL que prevê a criação do Conselho Municipal LGBT chegou na câmara e no mês de agosto na Procuradoria. Atualmente, encontra-se tramitando na Comissão de Justiça. O vereador coloca que há problemas na CCJ, nesse sentido, realizou-se um mapeamento para fortalecer as articulações, visando garantir a aprovação do PL, se não houver nenhum impedimento o PL será encaminhado para a Comissão de Mérito.

Na avaliação do vereador Lino tem-se uma conjuntura difícil para aprovação do PL para a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT, devido a bancada conservadora no executivo.

Dalva Kaiser comenta que realizou uma conversa com o atual Prefeito para uma possível articulação para aprovação do Plano Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT. Lino salienta a importância da socialização das informações aos participantes sistematizadas pela Coordenadoria da Mulher.

- Carla Simara Salásario Ayres : Irei fazer uma fala bem rápida. Vou falar de um aspecto mais geral. Em sua fala indagou: O que é política pública? O que é este espaço? É importante reforçar e delimitar esse campo.

Realizou uma sistematização conceitual sobre o ciclo da Política Pública. A palestrante afirma que quando um tema se torna relevante, formula-se uma Política Pública, após a mesma pode ser encampada, há então a implementação e sua avaliação. O processo pode ser visualizado por meio da exposição da fala da Maria Aparecida.

A palestrante expõe que no período de 2003 a 2015 foram realizados 70% dos espaços públicos para fomentar a participação social. No ano de 2008 ocorreu a primeira conferência mundial LGBT.

Lino Peres chama atenção para a importância da pressão popular sobre os trâmites burocráticos para a implementação do Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT.

Após o encerramento das falas, encaminhou-se a composição da comissão eleitoral para a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A comissão eleitoral foi composta pelos seguintes participantes: Marília Dos Santos Amaral; Mauricio Giraldo, Fabricio Lima, Guilherme Felipe Andrade dos Santos.

Na sequência os participantes se encaminharam para os grupos de discussão dos eixos, os quais finalizaram por volta das 15h00min, houve uma pausa para o almoço ofertado no local aos participantes. Em seguida, ocorreu a apresentação dos resultados e propostas discutidas nos grupos. Por volta das 17h10 min a comissão eleitoral assume a coordenação da mesa.

As candidatas a delegadas a 3ª Conferência Estadual foram aprovadas por aclamação pela plenária. Por volta das 17h 30 min encerrou-se a 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT.

AVALIAÇÃO DA II CMLGBT

O questionário de avaliação da II CMLGBT teve 42 (quarenta e dois) respondentes (ou seja, 42 avaliações para cada um dos 19 itens perguntados), de um total de 109 participantes.

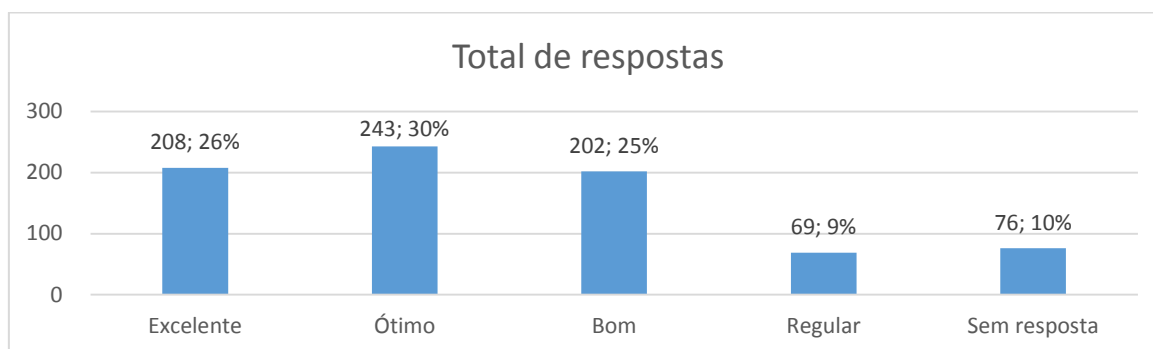
Foram avaliados 19 itens, em uma escala de critérios que variou de excelente (1), ótimo (2), bom (3), regular (4) e sem resposta (5). O quadro abaixo consolida os resultados obtidos:

Item/Critério	Excelente		Ótimo		Bom		Regular		Sem resposta		Total Avaliações
	1	1 (%)	2	2 (%)	3	3 (%)	4	4 (%)	5	5 (%)	
1.Divulgação	5	12%	9	21%	19	45%	9	21%	0	0%	42
2.Local de realização	5	12%	11	26%	21	50%	4	10%	1	2%	42
3.Acesso ao local	8	19%	16	38%	12	29%	5	12%	1	2%	42
4.Acessibilidade	2	5%	5	12%	11	26%	21	50%	3	7%	42

5.Credenciamento	14	33%	17	40%	9	21%	1	2%	1	2%	42
6.Aprovação do Reg. Interno	8	19%	14	33%	11	26%	1	2%	8	19%	42
7.I Exposição: Conferência Magna	5	12%	10	24%	12	29%	2	5%	13	31%	42
8.II Exposição: Mesa redonda	13	31%	12	29%	9	21%	0	0%	8	19%	42
9.Tempo das exposições	8	19%	10	24%	17	40%	2	5%	5	12%	42
10.Alimentação	12	29%	13	31%	14	33%	3	7%	0	0%	42
11.Divisão dos grupos de trabalhos - GT	15	36%	17	40%	8	19%	1	2%	1	2%	42
12.Salas de discussão dos eixos	15	36%	16	38%	9	21%	0	0%	2	5%	42
13.Tempo para as discussões nos GT	9	21%	12	29%	10	24%	9	21%	2	5%	42
14.Qualidade das discussões nos GT	14	33%	17	40%	7	17%	2	5%	2	5%	42
15.Processo de inscrição de delegadas	8	19%	13	31%	15	36%	2	5%	4	10%	42
16.Processo de eleição de delegadas	10	24%	10	24%	7	17%	1	2%	14	33%	42
17.Temática da II CMLGBT	17	40%	15	36%	4	10%	1	2%	5	12%	42
18.Dias escolhidos para a realização da II CMLGBT	21	50%	10	24%	3	7%	5	12%	3	7%	42
19.Organização geral	19	45%	16	38%	4	10%	0	0%	3	7%	42
Total de respostas	208	26%	243	30%	202	25%	69	9%	76	10%	798

Pode-se observar que as 42 avaliações preenchidas geraram 798 respostas possíveis (42 avaliações x 19 perguntas = 798 respostas).

De uma maneira geral, 81% (oitenta e um por cento) das respostas situam-se entre excelente (208 respostas, 26% do total), ótimo (243 respostas, 30% do total) e bom (202 respostas, 25% do total). Os demais 19% estão situados entre regular (69 respostas, 9% do total) e sem resposta (76 respostas, 10% do total).



Das perguntas apontadas com o conceito excelente (1), a melhor avaliada foi a 18 (50% dos respondentes), correspondente aos dias escolhidos para a realização da Conferência.

Das perguntas apontadas com o conceito ótimo (2), as mais lembradas foram a 11 e 14 (40% dos respondentes), correspondentes à divisão dos grupos de trabalho e a qualidade das discussões nos GT, respectivamente.

Das perguntas apontadas com o conceito bom (3), a mais lembrada foi a 2 (50% dos respondentes), correspondente ao local de realização do evento.

Das perguntas apontadas com o conceito regular (4), a mais lembrada foi a 4 (50% dos respondentes) e a 13 (31% dos respondentes), correspondentes à acessibilidade e tempo para discussões, respectivamente.

Houve ainda um número significativo de perguntas sem resposta (5), num total de 76 (quase 10% do total de respostas). Os itens que mais apareceram sem respostas foram os 16 (33% dos respondentes) e a 7 (31% dos respondentes), correspondentes ao processo de eleição de delegadas e a conferência Magna, respectivamente.

Cabe recomendar, dada a quantidade de perguntas sem resposta, a utilização de formulários de pré-teste em eventos preliminares à próxima conferência, bem como a construção de opção de resposta aberta nos casos em que os critérios de excelente a regular sejam insuficientes. No formato atual, não é possível extrair da avaliação os porquês da ausência de respostas; se elas não apareceram porque o respondente não esteve presente àquela atividade, porque não quis respondê-la ou porque as opções de resposta disponíveis eram insuficientes.

Nas perguntas abertas, tivemos os seguintes registros:

- ✓ Os itens acessibilidade, alimentação e divulgação apareceram como apontamentos dos participantes como **sugestões de melhoria** para a próxima conferência (3 ocorrências cada uma); ampliação do público participante, aprovação do regimento interno em evento prévio e o melhor uso de nomenclatura nos documentos produzidos/utilizados (1 ocorrência cada).
- ✓ A acessibilidade e alimentação oferecidas apareceram como **pontos negativos** da conferência (4 ocorrências cada uma); a baixa participação de representantes do poder público local (3 ocorrências cada uma); atrasos, ausência de participação de palestrante de renome na temática e segurança do local (1 ocorrência cada uma).
- ✓ Os principais **pontos positivos** foram a pontualidade e organização do evento (3 ocorrências cada uma); os materiais produzidos, a representatividade dos

participantes e publicidade do evento (2 ocorrências cada uma); a divulgação e os intérpretes de libras (1 ocorrência cada uma).

- ✓ Outro encaminhamento para a próxima conferência é aproximar o número de respondentes ao de participantes da conferência, de maneira a ampliar a participação e as recomendações para eventos futuros.

APÊNDICE

REGIMENTO INTERNO – APROVADO PELA PLENÁRIA PROPOSTA DE REGIMENTO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS - LGBT

23 e 24 de outubro de 2015 – Florianópolis/SC

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

CAPITULO II – DO TEMÁRIO

Seção I – Dos Grupos de Trabalho

CAPÍTULO III – DA REALIZAÇÃO

CAPITULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Seção I – Da Comissão Organizadora Municipal

Seção II – Das Atribuições da Comissão Organizadora Municipal

Seção III – Da Elaboração e Encaminhamento dos Relatórios

CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO

Seção I – Das(os) Delegadas(os)

CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - II CMLGBT de Florianópolis, convocada através da Portaria Municipal nº 005, de 28 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1.532, página 01, tem como objetivos:

I – Reafirmar e ampliar o compromisso governamental e da sociedade Florianopolitana com a Política Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Transgêneros como fatores essenciais à democracia plena e ao desenvolvimento com justiça social no Brasil;

II – Discutir os mecanismos de implementação do Plano Municipal de Políticas LGBT do Município de Florianópolis;

III - Avaliar a efetividade das Políticas Públicas para enfrentamento a violência praticada contra a população LGBT, tendo em conta o pacto federativo e a relação entre os Três Poderes;

IV - Propor estratégias para enfrentar a discriminação sofrida pela população LGBT em decorrência de sua orientação sexual e/ou Identidade de Gênero;

V - Articular e integrar, a partir de uma avaliação, o Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento a Violência com as demais políticas públicas.

CAPITULO II - DO TEMÁRIO

Art. 2º- A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT tem como tema central: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”, conforme eixos temáticos:

- I- Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT.
- II- Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos.
- III- Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT.
- IV- Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência contra a População LGBT.

Parágrafo primeiro: O temário acima tem como subsídios as orientações do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT – CNCD/LGBT.

Parágrafo segundo: Os eixos a serem discutidos referentes ao Plano Municipal de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros são os seguintes: Saúde; Previdência Social, Trabalho e Emprego; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Educação; Segurança; Comunicação; Assistência Social.

Art. 3º - A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT deverá propiciar a participação ampla e democrática de diversos segmentos da sociedade, e seu relatório final deverá refletir tal diversidade.

Parágrafo único: As discussões do temário e os documentos da II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT deverão observar, além das dimensões de identidade de gênero e orientação sexual, as dimensões de classe, gênero, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais.

Art. 4º - Abordagem dos eixos temáticos referidos nos itens I, II, III, e IV do Art. 2º será realizada por meio de exposição a cargo de conferencistas, seguida de discussão nos Grupos de Trabalho - GT.

Parágrafo único: As discussões nos Grupos de Trabalho - GT, tratarão dos eixos do Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT, revisados pela Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano, com o objetivo de analisar, aprovar e

elencar três (03) prioridades que subsidiarão a construção do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT.

Seção I

Dos Grupos de Trabalho – GT

Art. 5º - Os eixos temáticos serão discutidos nos grupos de trabalho (GT), compostos pelas(os) participantes da II CMLGBT, no dia 24 de outubro de 2015, das 10h às 14h.

§1º - O número de GT será cinco e os eixos serão sete.

§2º - Em cada eixo serão sistematizados três (03) indicativos para serem apresentados e aprovados na plenária final.

Art. 6º - Cada GT contará com um(a) coordenador(a) e um(a) relator(a) escolhidos(as) pelo grupo, bem como um(a) facilitador(a), para cada tema previamente indicado(a) pela comissão organizadora.

§1º - O(a) coordenador(a) terá a função de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação de todas as pessoas do GT, seguindo um roteiro padrão pré-estabelecido fornecido pela comissão organizadora.

§2º - O(a) relator(a) será encarregado(a) de sistematizar as discussões e as conclusões, auxiliando o(a) coordenador(a), no sentido de redigir as proposições elaboradas e aprovadas pelo grupo e, posteriormente, poderá colaborar caso seja necessário, com a relatoria da comissão organizadora da II CMLGBT, na consolidação do relatório geral.

§3º - O(a) facilitador(a) deverá exercer a função de mediador(a) dos debates a partir dos eixos propostos pela II CMLGBT. Deverá garantir que todas as pessoas do grupo possam expressar democraticamente sua opinião sobre o tema. Ainda, pode sugerir que propostas semelhantes sejam agregadas, possibilitando ao grupo que opine sobre a melhor redação a ser adotada.

§4º - As proposições serão discutidas, descritas no grupo, votadas e aprovadas por metade mais um e encaminhadas à plenária final para apreciação e votação.

Art. 7º - Os GT's desenvolverão suas atividades simultaneamente no tempo máximo de 3 (três) horas ou conforme programação da II CMLGBT.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO

Art. 8º - A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT será realizada em Florianópolis - SC, no Centro de Educação Continuada – CEC – Rua Ferreira Lima, nº 82, Centro – em 23 e 24 de outubro de 2015, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Florianópolis e da Comissão Organizadora da II CMLGBT instituída por meio da Portaria nº 005, de 28 de agosto de 2015.

Art. 9º - A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT e suas deliberações terão abrangência municipal, assim como suas análises, formulações, proposições, relatórios e moções aprovadas.

Parágrafo único: As discussões no âmbito da II CMLGBT poderão ser desenvolvidas sob a forma de palestras, painéis, oficinas, grupos de trabalho e debates em plenária.

Art. 10 - A II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT poderá ser precedida ou não de conferências livres. Fica facultada a realização de Conferências Livres e Conferências Virtuais cujos resultados devem ser enviados à Conferência Municipal. A Etapa Municipal da II CMLGBT, assim como suas análises, formulações, recomendações, proposições e deliberações, terá como panorama as conjunturas municipal, estadual, nacional e internacional.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11 - Para a organização, implementação e desenvolvimento das atividades da II CMLGBT fica constituída a Comissão Organizadora Municipal.

Seção I

Da Comissão Organizadora Municipal

Art. 12 - A Comissão Organizadora Municipal será composta:

I – Instituições governamentais:

- a) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude – CMPPJ;
- b) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher – CMPPM
- c) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial – COPPIR ;
- d) Fundação Municipal de Esportes – FME;
- e) Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
- f) Secretaria Municipal de Comunicação – SMC;
- g) Secretaria Municipal do Continente;
- h) Secretaria Municipal de Educação- SME;
- i) Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- j) Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão – SMSDC;
- k) Secretaria Municipal de Turismo – SETUR.

II – Instituições não governamentais:

- a) Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade – ADEH
- b) Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC;
- c) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMDPD;
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis- COMDIM
- e) Grupo Acontece: Arte e Política LGBT;
- f) Instituto Arco Íris;
- g) ROMA: Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis;
- h) Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual – INBRADIS;
- i) Laboratório de Relações de Gênero e Família - LabGef/UFESC ;
- j) Laboratório Modos de Vida, Famílias e Relações de Gênero - Margens/UFSC;
- k) Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC.

Seção II

Das Atribuições da Comissão Organizadora Municipal

Art. 13 - À Comissão Organizadora Municipal da II CMLGBT compete:

- I - Organizar e realizar a II CMLGBT para garantir a participação na etapa estadual;
- II - Elaborar o regimento interno da II CMLGBT e aprová-lo na Plenária Inicial;
- III - Definir a programação, a operacionalização e a metodologia de elaboração dos documentos de discussão da II CMLGBT;
- IV - Acompanhar a organização da infraestrutura necessária à da II CMLGBT;
- V - Providenciar a execução e publicação do relatório final da II CMLGBT;
- VI - Deliberar sobre todas as questões referentes à II CMLGBT que não estejam previstas neste decreto;
- VII - Propor e/ou elaborar textos de subsídio às discussões da II CMLGBT;
- VIII - Organizar os termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das/os expositoras/es na II CMLGBT;
- IX - Propor expositoras/es para cada mesa temática;
- X - Elaborar a relação de sub-temas e os roteiros para os grupos de trabalho
- XI - Formular proposta de metodologia para consolidação dos relatórios dos grupos;
- XII - Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da II CMLGBT;
- XIII - Promover a divulgação da II CMLGBT, bem como do seu Regimento;
- XIV - Promover o registro e a cobertura midiática dos principais momentos da II CMLGBT, visando a divulgação, bem como o arquivamento de sua memória;
- XV - Monitorar e orientar o encaminhamento do relatório e listagem de delegadas da II CMLGBT à Conferência Estadual nos prazos estipulados no calendário;
- XVI - Fazer gestão junto ao governo municipal para garantir os recursos financeiros necessários à participação na etapa estadual das delegadas/os eleitas/os na II CMLGBT.
- XVII – Elaborar e avaliar a prestação de contas da II CMLGBT.
- XVIII – Articular-se, especialmente, com a Secretaria Municipal de Comunicação, visando à elaboração de um plano geral de Comunicação Social da II CMLGBT;
- XIX – Monitorar o andamento das Conferências Livres que antecederem a II CMLGBT, especialmente, no recebimento de seus relatórios finais;

Parágrafo Único: A presidência da Comissão Organizadora Municipal será exercida pela Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres.

Art.14 - A Comissão Organizadora Municipal terá sob sua responsabilidade:

- I – Regimento, Temário, Metodologia e Relatoria

- II – Comunicação;
- III – Infraestrutura e Logística;
- IV – Articulação e Mobilização.

§ 1º- Do Regimento, Temário, Metodologia e Relatoria compete:

- I – Apresentar e aprovar em plenário o Regimento da II CMLGBT;
- II – Zelar pelo cumprimento do Regimento no processo de realização II CMLGBT.
- III – Propor e elaborar textos de subsídio às discussões das conferências livres e da II CMLGBT;
- IV – Organizar os termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação dos expositores na II CMLGBT;
- V – Sugerir expositores para cada mesa temática;
- VI – Elaborar a relação de subtemas e os roteiros para os grupos de trabalho e elaborar o roteiro para a apresentação dos relatórios das Conferências Livres e da II CMLGBT;
- VII – Propor metodologia para consolidação dos relatórios dos grupos de trabalhos;
- VIII – Coordenar a consolidação dos relatórios dos grupos de trabalho da etapa Municipal;
- IX- Consolidar o relatório da II CMLGBT para discussão na Etapa Estadual;
- X – Elaborar, organizar e acompanhar a publicação do relatório final da II CMLGBT, junto à Secretaria Municipal de Comunicação.
- XI- Propor o roteiro e acompanhar a elaboração do texto-base da II CMLGBT.

§ 2º- À Comunicação compete:

- I – Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da II CMLGBT;
- II – Promover a divulgação do Regimento da II CMLGBT;
- III – Orientar as atividades de comunicação social da II CMLGBT;
- IV – Promover o registro e a cobertura pelos meios de comunicação nas Conferências Livres e na II CMLGBT, visando a divulgação, bem como o arquivamento de sua memória;
- V – Encaminhar e acompanhar a publicação do relatório final da II CMLGBT organizado pela Comissão Organizadora.

§ 3º- À Infraestrutura e Logística compete:

I – Propor, acompanhar e assegurar a infraestrutura necessária à realização da II CMLGBT, envolvendo a organização, uso e administração do espaço da II CMLGBT, a instalação de equipamentos de audiovisual, reprografia, de comunicação, alimentação dos participantes, acessibilidade, primeiros socorros e outras;

II – Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora Municipal, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da II CMLGBT.

§ 4º- Da Articulação e Mobilização compete:

I - Estimular a organização e realização da II CMLGBT, junto aos organismos governamentais de políticas para a população LGBT, núcleos de pesquisa e organizações dos movimentos LGBT;

II - Estimular a participação de organizações dos movimentos LGBT, núcleos de pesquisa e organizações dos movimentos LGBT;

III - Fazer gestões junto ao governo municipal para garantir os recursos financeiros necessários à participação dos(as) delegados(as) eleitos na II CMLGBT na etapa Estadual.

Seção III

Da Elaboração e Encaminhamento dos Relatórios

Art. 15 - O relatório da II CMLGBT deverá ser elaborado a partir do temário, levando em consideração as contribuições das Conferências Livres (se houver).

Parágrafo Único: Deverão constar do relatório final da conferência municipal e das conferências livres, somente as propostas com aprovação de, no mínimo, cinquenta por cento mais um dos participantes da plenária final.

Art. 16 - O resultado da II CMLGBT deverá ser remetido à Comissão Organizadora da III Conferência Estadual, em até um mês antes de sua realização.

Parágrafo Único: As propostas aprovadas para o âmbito municipal serão entregues, oficialmente, ao Prefeito e todos os secretários municipais, e deverão servir de base para a elaboração e/ou aprimoramento do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Art. 17 - O Relatório Final da II CMLGBT será resultante das propostas apresentadas e aprovadas em plenária final, em âmbito municipal.

Art. 18 - Encerrada a fase de apreciação e votação do relatório geral, a presidenta da mesa diretora, franqueará às participantes a apresentação de moções, que poderão ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

§ 1º- As moções deverão ser encaminhadas pelos grupos de trabalho (GT's) com no mínimo 10 assinaturas.

§ 2º- Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria simples dos votos das Delegadas para serem aceitas pela mesa diretora.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 19 - Poderão inscrever-se como participantes da II CMLGBT as pessoas interessadas e comprometidas com a promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, independente das especificidades de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade, na condição de:

I – Delegadas (os);

II – Conferencistas (os);

III – Convidadas (os);

IV – Observadoras (es).

Art. 20 - As/os participantes estabelecidos nos incisos II e III do Art. 18, deste regimento, tomarão parte da II CMLGBT, observando-se o seguinte:

I – As/os conferencistas/convidadas(os), participarão a critério da comissão organizadora, com o objetivo de trazer esclarecimentos aos demais participantes e fundamentar as discussões dos Grupos de Trabalho - GT;

Seção I

Das (os) Delegadas (os)

Art. 21 - A conferência municipal elegerá delegadas (os) para a conferência estadual observando a proporcionalidade de 70% de representantes da sociedade civil e 30% de representantes do governo municipal, conforme orientações nacionais.

- 70% (Setenta por cento) de representantes da sociedade civil, totalizando vinte e um (21) delegadas(os);
- 30% (Trinta por cento) de representantes do governo municipal, totalizando nove (09) delegadas(os).

§1º Poderão participar da II CMLGBT na condição de delegadas (os), pessoas cujo segmento social que representa estejam localizados e/ou atuantes no município de Florianópolis.

§2º- A delegação da sociedade civil deve ser **ELEITA ENTRE SEUS PARES** e ser definida, seguindo a seguinte composição:

- 60% (sessenta por cento), no mínimo, de delegadas com identidade de gênero feminina (mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis), totalizando treze (13) delegadas;
- 40% (quarenta por cento) de delegados com identidade de gênero masculina (homens gays, bissexuais e homens trans), totalizando oito (8) delegados.

§3º- As eleições serão realizadas entre os pares, ou seja, governo elege governo e sociedade civil elege sociedade civil.

§4º- Quando houver necessidade de substituição das/dos delegadas/os titulares pelos/as respectivas/os suplentes, deverá ser observado percentual mínimo dessa composição.

Art. 22 - Poderão participar da II CMLGBT na condição de delegadas (os), pessoas cujo segmento social que representa estejam localizados e/ou atuantes no município de Florianópolis.

Art. 23 - O credenciamento de candidatura das(os) delegadas(os) da II CMLGBT encerrar-se-á às 10h do dia 24 de outubro de 2015. Observadas as seguintes condicionalidades:

I – Apresentar participação em pelo menos dois períodos da II CMLGBT de Florianópolis.

II – Estar presente na Sessão de Eleição de Delegadas(os) da Plenária Final.

Parágrafo Único: As(os) candidatas(os) a Delegadas(os) deverão apresentar, no ato do credenciamento, documento de identificação pessoal com foto (Carteira de Identidade ou similar) e CPF.

Art. 24 - Será instituída uma Comissão Eleitoral, aprovada pela Sessão Plenária da II CMLGBT após a leitura e aprovação do Regimento Interno, para a condução do processo eletivo das (os) Delegadas(os) para a III Conferência Estadual LGBT, de, no mínimo, 04(quatro) Delegadas(os) da Conferência Municipal, com as seguintes atribuições:

- a) Validar o credenciamento das(os) candidatas(os) à eleição e agrupá-las(os) nos respectivos segmentos que representam.
- b) Confeccionar a cédula eleitoral.
- c) Eleger a Presidenta e a Relatora da Comissão.
- d) Preparar e conduzir o Processo Eleitoral.
- e) Apurar o resultado do processo eleitoral e apresentá-lo à Plenária Final.

Parágrafo Único. As integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatas à eleição para Delegadas à III Conferência Estadual LGBT.

Art. 25 - As inscrições da delegação eleita (titulares e suplentes) para a Etapa Estadual da III Conferência LGBT deverão ser feitas via formulário que estará disponível na Secretaria da II CMLGBT, devendo ainda ser enviadas à Comissão Organizadora Estadual em até no máximo um mês antes da realização da Conferência Estadual. Ressaltamos que:

§1º- Deverá ser encaminhada à Comissão Organizadora Estadual a lista de delegadas(os) e suplentes eleitas(os) na II CMLGBT, contendo: nome; número do CPF e da carteira de identidade ou de outro documento oficial com foto; e se é delegada(os) da sociedade civil ou governamental.

§2º- As(os) suplentes substituirão as(os) delegadas(os) obedecendo a ordem da listagem apresentada pela II CMLGBT, respeitando-se a proporcionalidade entre 70% de delegadas advindas da sociedade civil e 30% de delegadas governamentais.

§3º- Para a efetivação da suplência, deverá ser apresentada uma carta de substituição assinada pela(o) delegada(o) impossibilitada(o) de comparecer à III Conferência Estadual LGBT, e referendada pela Comissão Organizadora Municipal.

Art. 26 - Serão convidadas(os) para a II CMLGBT, pela Comissão Organizadora Municipal, autoridades, personalidades e representantes de entidades municipais, estaduais e nacionais.

CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 27- Para o cumprimento de suas funções, a Comissão Organizadora contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Florianópolis nos termos da legislação vigente, até o encerramento da II CMLGBT com a publicação de seu relatório final.

Parágrafo Único: O governo municipal será responsável pela realização da II CMLGBT e pela presença de sua delegação na Conferência Estadual.

Art. 28 - Poderão ser firmados convênios, contratos e parcerias com vistas à execução de ações necessárias à realização da II CMLGBT, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - Para o seu funcionamento, a Comissão Organizadora contará com o apoio institucional e técnico-administrativo da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Florianópolis, e demais secretarias de governos conforme observado no inciso I do Art. 12 deste regimento.

Art. 30 - Qualquer participante ou organização que constatar irregularidades na composição da Comissão Organizadora Municipal ou no processo de realização da II CMLGBT poderá apresentar recurso à mesa Diretora que colocará em votação na Plenária Regimental.

Art. 31 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual.

Art. 32 - A II CMLGBT aprovará em sua sessão de abertura o Regimento que norteará seus trabalhos.

Parágrafo Único: Após a aprovação do Regimento Interno pela Plenária, não poderá haver novas inserções ou alterações.

Art. 33 - A convocação da II CMLGBT deverá explicitar inclusive nos seus materiais de divulgação e publicações sua condição de etapa integrante da III Conferência Nacional LGBT.

Florianópolis 23 de outubro de 2015.

CESAR SOUZA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

JULIO CESAR MARCELLINO JR.
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL

EIXOS TRABALHADOS PELOS GT's

1 EIXO SAÚDE

1.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das (os) profissionais da Saúde nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>1.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas multiprofissionais e gestoras de toda rede de saúde do SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária), rede suplementar do município, penitenciária e conselho municipal de saúde, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none">• Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias;• Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem;• Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos;• Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual);• Violência doméstica e familiar contra a população LGBT;• Violências entre pessoas LGBT;• Inclusão das pessoas LGBT com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais;• Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação;• Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero;• Direito à internação respeitando a identidade de gênero;• Especificidades no cuidado à saúde da população de pessoas	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Rede Suplementar de Saúde</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos profissionais de saúde</p> <p>Núcleos de pesquisa</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		<p>2016</p>

<p>transexuais, travestis e transgêneras na atenção primária;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificidades no cuidado à saúde da população LGBT com idade superior a 60 anos e menos de 18 anos. 				
<p>1.1.2 Realizar Seminário Municipal com o objetivo de discutir e construir estratégias para a atenção integral à saúde da população LGBT envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional de Saúde Integral LGBT; • Especificidades de gênero, classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regionais, diversidade religiosa, população em situação de rua, comunidades tradicionais e pessoas privadas de liberdade; • O enfrentamento e controle de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais entre a população LGBT, a partir da avaliação dos Plano de Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS e Plano de Enfrentamento da Feminilização do HIV/AIDS e outras DSTs; • Violências e notificação compulsória; • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no âmbito social e nos serviços de saúde. <p>PRIORIDADE MUNICIPAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		<p>2016</p>
<p>1.1.3 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT, instituída por meio de Decreto nº 15.067/15 para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>DP</p> <p>MP</p>		<p>2016</p>

		OAB		
1.1.4 Inserir na bibliografia de concursos públicos e processos seletivos da Secretaria Municipal de Saúde a temática de gênero e sexualidades, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Concursos para servidoras (es) públicos; • Concursos para residências em saúde; • Processos seletivos para contratação de profissionais temporárias (os). 	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016

1.2 Linha de ação: Atendimento específico e tratamento de forma igualitária e universal à população LGBT.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
1.2.1 Fomentar a adequação dos cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária), rede suplementar do município e penitenciária com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados pela rede municipal de saúde, como: <ul style="list-style-type: none"> • Prontuário do SUS; • Protocolo de atendimento; • Ficha de notificação de violência; • Cartão do SUS; • Requerimento de exames; • Certificados; 	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016

<ul style="list-style-type: none"> • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais fichas e cadastros utilizados. <p>PRIORIDADE GLOBAL</p>				
<p>1.2.2 Gerar dados, produzir e divulgar periodicamente informações sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento dos documentos listados na ação 1.2.1.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias;</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		<p>2016</p>
<p>1.2.3 Garantir o atendimento integral à saúde na atenção primária e nos demais níveis de atenção para população LGBT, em especial às pessoas travestis e transexuais, seguindo os princípios do Plano de Política Nacional de Saúde Integral LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Rede Suplementar de Saúde</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Secretaria Estadual de Saúde/SC</p>		<p>2016</p>

	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT	Hospital Universitário/ HU –UFSC DP MP OAB		
1.2.4 Apoiar, fortalecer e expandir para todos os serviços de atenção primária e secundária o projeto de “Ambulatório de atendimento integral de pessoas travestis e transexuais na atenção primária”, iniciado no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição em 2015, vinculado à Residência em Medicina da Família e Comunidade e à Secretaria Municipal de Saúde. PRIORIDADE NACIONAL E MUNICIPAL	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Residência em Medicina da Família e Comunidade	Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa DP MP OAB		2016
1.2.5 Garantir acesso ao Tratamento Fora do Domicílio – TFD da Secretaria Municipal de Saúde, para a realização da cirurgia de redesignação sexual, bem como, o custeio com diárias e alimentação nos casos que necessitarem de tratamentos de mais de um dia.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Secretaria Estadual de Saúde/SC DP MP OAB		2016
1.2.6 Promover atenção especial à saúde de lésbicas e mulheres bissexuais, adotando os princípios da Política Nacional de Saúde de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, especialmente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM		2016

		<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		
1.2.7 Promover atenção à saúde sexual e reprodutiva dos homens transexuais, adotando os princípios da Política Nacional de Saúde do Homem.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	<p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		2016
<p>1.2.8 Produzir em parceria com os movimentos sociais LGBT material educativo e informativo utilizando linguagens e formatos acessíveis, adotando as terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sobre os temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção de doenças; • Direitos e saúde sexuais e reprodutivos; • Prevenção de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais; • Promoção da saúde da população LGBT. 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das pessoas com deficiência</p>		2016

		Universidades Institutos de pesquisa DP MP OAB		
1.2.9 Promover ações de atenção à saúde mental da população LGBT nos serviços de saúde, como: <ul style="list-style-type: none"> • Pronto atendimento hospitalar; • Unidades de Pronto Atendimento – UPA; • Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; • Unidades Básicas de Saúde – UBS; <ul style="list-style-type: none"> ○ Estratégia Saúde da Família – ESF; ○ Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF; • Policlínicas. • Centro de testagem e aconselhamento - CTA 	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Universidades DP MP OAB	2016	
1.2.10 Extensão e garantia do direito à saúde suplementar ao cônjuge e dependentes de servidoras (es) públicas (os) municipais Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.	Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Movimentos Sociais LGBT Câmara de Vereadores Promotoria Pública Municipal DP MP OAB		2016
1.2.11 Garantir atendimento à população LGBT em situação de	Secretaria Municipal de	Movimentos Sociais		2016

<p>violência por meio do Protocolo da Rede de Atenção Integral às pessoas em situação de Violência Sexual – RAIVS.</p>	<p>Saúde – SMS</p>	<p>LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Secretaria do Estado da Saúde</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Conselhos de Direito e Temáticos</p> <p>Promotoria</p> <p>Secretaria de Segurança</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		
<p>1.2.12 Criar o Comitê Técnico de Saúde observando a transversalidade das dimensões orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade, com as seguintes funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receber as demandas da população LGBT; • Verificar a situação <i>in loco</i>; • Orientar a capacitação às (aos) funcionários. 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>DP</p> <p>MP</p> <p>OAB</p>		<p>2016</p>
<p>1.2.13 Incentivar, apoiar e acolher projetos de organizações da sociedade civil direcionados a ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, assim como na defesa dos direitos e fortalecimentos das redes da população LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p>		<p>2016</p>

		DP MP OAB		
1.2.14 Consultar os movimentos sociais LGBT e a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT para idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços voltados à promoção, prevenção e atenção à saúde e aos direitos da população LGBT.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016
1.2.15 Assegurar que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços da rede de atendimento do SUS contemplem concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Universidades DP MP OAB		2016

1.3 Linha de Ação: Implementação e aperfeiçoamento das ações de enfrentamento às DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>1.3.1 Sensibilizar e instrumentalizar gestoras (es) dos Programas Municipais de Saúde e profissionais da Rede Especializada para incluir em seus programas metas, ações específicas e alocação de recursos direcionados à prevenção das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais junto à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH.</p> <p>PRIORIDADE ESTADUAL E MUNICIPAL</p>	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016
<p>1.3.2 Apoiar no âmbito do município a realização contínua de atividades de prevenção às DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, incluindo as tecnologias vigentes tais como a profilaxia Pré-exposição – PREP, a Profilaxia Pós Exposição – PEP, testagem rápida, bem como outras que promovam o diagnóstico de HIV, sífilis e hepatites.</p>	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Secretaria Estadual de Saúde DP MP OAB		2016
<p>1.3.3 Ampliar a aquisição e distribuição de gel lubrificante íntimo e preservativos masculino (nos tamanhos 52 e 55) e feminino, assim como luvas descartáveis de látex, para as ações de prevenção direcionadas à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH.</p>	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016
<p>1.3.4 Realizar campanha municipal de incentivo ao diagnóstico precoce de HIV e outras DSTs com testagem rápida direcionada à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com</p>	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Universidades		2016

Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH.		DP MP OAB		
1.3.5 Desenvolver estratégias para ampliar o acesso da população LGBT às vacinas disponíveis na rede pública de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Hospital Universitário/ HU – UFSC Secretaria Estadual de Saúde DP MP OAB		2016
1.3.6 Aprimorar e promover atenção integral à saúde da população LGBT que vive com DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais considerando os fatores gerais e específicos que contribuem para o aumento de suas vulnerabilidades.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT DP MP OAB		2016
1.3.7 Desenvolver junto aos movimentos LGBT, campanhas sobre discriminação contra pessoas vivendo com HIV/AIDS visando à diminuição do estigma e o esclarecimento sobre as possibilidades de cuidado de si e formas de conviver com o vírus.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT		2016

	Comunicação – SECOM	Movimentos Sociais LGBT Secretaria Estadual de Saúde DP MP OAB		
1.3.8 Ampliar a circulação e divulgação de materiais informativos sobre estratégias que favoreçam a qualidade de vida de pessoas (con)vivendo com HIV/AIDS, produzidos pelos órgãos governamentais, organizações não-governamentais, associações, grupos e instituições de pesquisa que atuam na luta contra a AIDS.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Secretaria Estadual de Saúde Movimentos Sociais LGBT Universidades Núcleo de Pesquisa Mídia DP MP OAB		2016
1.3.9 Assegurar que as campanhas e materiais informativos sobre prevenção, diagnóstico e tratamento das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais adotem linguagens e formatos acessíveis às pessoas com deficiência, adotando as terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016

		Movimentos Sociais das pessoas com deficiência Universidades DP MP OAB		
1.3.10 Criar e fortalecer as redes de solidariedade, apoio e acolhimento à população que (con)vive com HIV/AIDS possibilitando, dessa maneira, uma resposta mais efetiva em relação à adesão aos tratamentos com antirretrovirais (ARV), bem como uma atenção maior à saúde mental desta população.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Movimentos Sociais LGBT Universidades DP MP OAB		2016

2 PREVIDÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO

***Os capacitadores devem comprovar sua militância, interesse e conhecimento acerca da temática.**

2.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais das áreas de Previdência Social, Trabalho e Emprego nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>2.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas e gestoras de toda rede da Previdência Social, Trabalho e Emprego, incluindo as(os) servidoras(es) terceirizadas(os) e empresas contratadas pela prefeitura e setores responsáveis pelo atendimento, profissionalização e encaminhamento para o mercado de trabalho, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção e atendimento das pessoas que buscam os serviços; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; • Direitos previdenciários da população LGBT; • Arranjos familiares LGBT; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero. 	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>		2016
<p>2.1.2 Promover palestras em órgãos públicos (escolas, universidades, unidades de formação, albergues) e privados sobre o Plano Simplificado de Previdência Social e direitos previdenciários da população LGBT, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p> <p>Sistema S</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>		2016
<p>2.1.3 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT, instituída por meio de Decreto nº 15.067/15, para a</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e</p>		2016

elaboração das atividades de formação continuada.	Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		
---	--	--	--	--

2.2 Linha de ação: Atendimento igualitário à população LGBT nos serviços de Previdência Social, Trabalho e Emprego.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>2.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento de toda rede da Previdência Social, Trabalho e Emprego do município, com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Identidade de Gênero e Orientação Sexual em todos os documentos utilizados nos serviços, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas de cadastro de emprego; • Fichas de inscrição em cursos profissionalizantes; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais cadastros utilizados. 	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT</p>		2016
<p>2.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Identidade de Gênero e Orientação Sexual, para implementação de políticas de ações afirmativas nos setores públicos e privados, com o objetivo de inclusão da população LGBT no mercado de trabalho.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>		2016

	Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF Secretaria Municipal de Comunicação	Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil		
2.2.3 Produzir junto aos movimentos sociais LGBT campanhas educativas e informativas sobre Previdência Social, Trabalho e Emprego, utilizando linguagens e formatos acessíveis, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. PRIORIDADE ESTADUAL E FEDERAL	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Movimentos Sociais das pessoas com deficiência Universidades Institutos de pesquisa		2016
2.2.4 Incentivar e acolher projetos de organizações da sociedade civil direcionados às temáticas: Previdência Social, Trabalho e Emprego para população LGBT. PRIORIDADE MUNICIPAL	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Sistema S		2016

2.3 Linha de Ação: Cobertura e divulgação do Plano de Previdência Social do município.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>2.3.1 Indicar a inclusão do plano de previdência a casais (casamento e união estável) homoafetivos, transexuais e travestis nas cláusulas contratuais de servidoras e servidores temporários e empresas terceirizadas atuantes na prefeitura.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL</p>	<p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>2.3.2 Ampliar a cobertura dos planos de previdência públicos e privados às (aos) companheiros (as) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.</p>	<p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>2.3.3 Divulgar junto à população LGBT os direitos assegurados através da contribuição à Previdência Social, bem como o código de contribuinte nº 5.198 para uso das(os) profissionais do sexo, seguindo o Código Brasileiro de Ocupação.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL</p>	<p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC</p> <p>CRAS – Centro de Referência de Assistência Social</p> <p>CREAS – Centro de Referência Especializado de</p>		<p>2016</p>

2.4 Linha de ação: Inclusão da população LGBT no mercado de trabalho.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
2.4.1 Divulgar cursos profissionalizantes existentes e ofertas de estágio remunerado de forma não-sexista e discriminatória.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	Movimentos Sociais LGBT Agentes integradores		2016
2.4.2 Promoção de programas que visem o acesso ao primeiro emprego para jovens LGBT	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Programa Jovem Aprendiz	Movimentos Sociais LGBT Agentes integradores		2016
2.4.3 Promover e garantir a inclusão da população de idosas lésbicas, gays, bissexuais, priorizando as pessoas travestis e transexuais aos programas específicos de empregos.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	Movimentos Sociais LGBT		2016

<p>2.4.4 Apoiar a inclusão da juventude LGBT nos programas governamentais de capacitação para o trabalho.</p>	<p>Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</p> <p>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC</p> <p>Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>2.4.5 Implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexuais, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa, seja ela na esfera pública ou privada.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL</p>	<p>Prefeitura Municipal de Florianópolis</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>

3 TURISMO, CULTURA E ESPORTES

Diretrizes:

Consultar os movimentos sociais LGBT, Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT e o Conselho Municipal LGBT na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços previstos nesse plano, voltados à população LGBT e suas interseccionalidades.

* Definido como curto prazo: 2 anos; Médio prazo: 4 anos; Longo prazo: 6 anos

3.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais das áreas de Turismo, Cultura e Esportes nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>3.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas e gestoras das áreas de Turismo, Cultura e Esportes, incluindo as(os) servidoras(es) terceirizadas(os), empresas contratadas e conveniadas com a prefeitura, rede de hotéis, restaurantes, bares e similares, ouvidoria, centros de informações turísticas e setores responsáveis pelo atendimento, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção e atendimento das pessoas que buscam os serviços; • Estigma e discriminação de classe, gênero, territorialidade, orientação sexual, identidade de gênero, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais. • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; • Exploração e turismo sexual infantil; • Tráfico de pessoas; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero. 	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p> <p>Defensoria Pública</p>		<p>Curto Prazo*</p>
<p>3.1.2 Consultar os movimentos sociais LGBT, Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT e o Conselho Municipal LGBT na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços previstos nesse plano, voltados à população LGBT e suas interseccionalidades.</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>Curto Prazo</p>

	Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC	Conselho Municipal LGBT		
	Fundação Municipal de Esportes – FME			
3.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos municipais a temática de gênero, Identidade de gênero e orientação sexual.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT		Curto Prazo
	Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT		
	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC	Universidades		
	Fundação Municipal de Esportes – FME	Conselho Municipal LGBT		
	Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Empresas Públicas		

3.2 Linha de ação: Adoção de medidas que visem atendimento igualitário à população LGBT nas áreas de Turismo, Cultura e Esportes.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
3.2.1 Adequar os cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados pelos serviços de Turismo, Cultura e Esportes, tais como: <ul style="list-style-type: none"> Fichas de atendimento e inscrições; Certificados; 	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		Curto Prazo

<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo de atendimento utilizados na ouvidoria e os centros de informações turísticas (nestes documentos incluir o campo “Violência lesbofóbica, homofóbica, bifóbica e transfóbica”); • Formulários para inscrição de atletas; • Formulário pra inscrição de artistas em eventos culturais; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p>	<p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p> <p>Defensoria Pública</p>		
<p>3.2.2 Gerar e divulgar indicadores a respeito população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p>		<p>Médio Prazo</p>

		Defensoria Pública		
3.2.3 Consultar os movimentos sociais LGBT, Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT e o Conselho Municipal LGBT na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços previstos nesse plano, voltados à população LGBT e suas interseccionalidades.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		Curto Prazo
3.2.4 Garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes contemplem e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Conselho Municipal LGBT		Curto Prazo
3.2.5 Cumprir a Lei orgânica 7.961/09 que prevê “a promoção e o reconhecimento da liberdade, de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e outras providências”.	Prefeitura Municipal de Florianópolis	Polícia Civil e Militar/SC Guarda Municipal – GMF		Curto Prazo

		Defensoria Pública Ministério Público Conselho Municipal LGBT		
3.2.6 Criar um selo de qualidade para estabelecimentos turísticos, culturais e desportivos que atendam a população LGBT e interseccionalidades (dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais).	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT	Movimentos Sociais LGBT		Médio Prazo
3.2.7 Criar e divulgar um guia da cidade com serviços governamentais e não governamentais, informações turísticas, culturais, desportivas e de lazer voltados à população LGBT.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Câmara Técnica de	Movimentos Sociais LGBT Conselho Municipal LGBT Embratur Ministério do Turismo		Médio Prazo

	Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT			
3.2.8 Garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes promovam a visibilidade das expressões identitárias LGBT contemplando as diversidades corporais, assim como dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Conselho Municipal LGBT		Curto Prazo

3.3 Linha de ação: Implementação de ações na área do Turismo que visem o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
3.3.1 Garantir atendimento de qualidade às(aos) turistas vítimas de violências, colaborando na identificação de violências lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas e encaminhamento aos serviços competentes. PRIORIDADE MUNICIPAL ESTADUAL	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Centro de Informações ao Turista – CAT Ouvidoria Municipal	Polícia Civil e Militar Guarda Municipal Movimentos Sociais LGBT Centro de Atendimento		Curto Prazo

		<p>à Mulher em Situação de Violência – CREMV</p> <p>Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência</p> <p>Albergues e casas de acolhimento</p>		
3.3.2 Divulgar e promover nas diversas mídias e campanhas, os serviços da ouvidoria e centros de informação à (ao) turista.	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p> <p>Defensoria Pública</p>		Curto Prazo

3.4 Linha de ação: Implementação de políticas públicas desportivas para a população LGBT.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
3.4.1 Incluir no calendário oficial da Fundação Municipal de Esportes, atividades que incentivem práticas desportivas voltadas à população LGBT.	Fundação Municipal de Esportes – FME	Movimentos Sociais LGBT		Médio Prazo
3.4.2 Criar campanhas publicitárias de enfrentamento ao sexismo e à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia nos esportes, especialmente junto às torcidas, times, atletas, equipes técnicas e dirigentes. PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL	Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT UNIVERSIDADES		2016
3.4.3 Desenvolver projetos esportivos nos espaços públicos de esporte e lazer, visando à integração esportiva e social entre a população LGBT e a comunidade local.	Fundação Municipal de Esportes – FME	Movimentos Sociais LGBT		2016

3.5 Linha de ação: Implementação de ações na área da Cultura que incentivem a produção cultural da população LGBT, contemplando todas as manifestações e linguagens artístico-culturais.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>3.5.1 Criar editais que promovam projetos e apoio à produção e pesquisa em cultura voltados à temática LGBT.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL</p>	<p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Conselho Municipal de Cultura</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p>		<p>Médio Prazo</p>
<p>3.5.2 Incentivar as produções culturais em suas diversas linguagens que abordem a temática da diversidade sexual por meio de eventos de formação, capacitação e divulgação.</p>	<p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>		<p>Médio Prazo</p>
<p>3.5.3 Incluir no calendário oficial da Fundação Municipal de Cultura atividades artísticas e culturais que abordem a temática LGBT e datas alusivas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/01 – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais; • 17/05 – Dia Internacional de Combate a Homofobia; • 28/06 – Dia Mundial do Orgulho LGBT; • 29/08 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica; • 05/09 – Dia Internacional da Mulher Indígena; • 07/09 – Parada da Diversidade de Florianópolis; • 23/09 – Dia da Visibilidade Bissexual • 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra • 20/11 à 10/12 – 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as mulheres; • 01/12 – Dia Mundial de combate a AIDS; • 03/12 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; 	<p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p>		<p>Curto Prazo</p>

<ul style="list-style-type: none"> • 10/12 – Dia Internacional dos Direitos Humanos. • Dentre outras. 				
---	--	--	--	--

3.6 Linha de ação: Valorização da Cultura e Memória LGBT.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
3.6.1 Criar um Centro de Memória LGBT (Casa da Memória) na estrutura administrativa da Prefeitura de Florianópolis, que reúna estudos, informações e a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT e a socialização do conhecimento sobre o tema.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT		2016
3.6.2 Realizar mapeamento e publicação periódica de relatórios sobre as expressões culturais LGBT em Florianópolis e incluir no IdCult.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Universidades Institutos de pesquisa Conselho Municipal LGBT Defensoria Pública		2016
3.6.3 Criar no site institucional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, um espaço próprio que concentre um acervo digitalizado de documentos sobre a história LGBT em Florianópolis que contenha	Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT		2016

links para sites especializados em notícias e outros conteúdos LGBT, bem como às entidades que integram o movimento social.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Conselho Municipal dos Direitos LGBT		
---	---	---	--	--

4 EDUCAÇÃO

4.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais de Educação nas temáticas de: gênero, orientação sexual, *identidade* de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>4.1.1 Promover formação continuada às(aos) profissionais de educação pública e privada (gestoras(es), técnicos(as) do órgão central, especialistas, professoras(es), secretárias(os), estagiárias(os) e funcionárias(os) contratados e terceirizados) em todos os níveis e modalidades da educação, bem como aos membros e assessores técnicos dos conselhos municipais e membros das associações de pais e professores, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; • Estigma e discriminação de classe, gênero, territorialidade, étnico-racial, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; (padronizar conforme regimento); • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Escola como espaço de equidade de gênero; 	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Universidades</p> <p>Sindicato das Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino</p> <p>Secretaria Estadual de Educação – SED</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Fórum Municipal de Educação – FME</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>		2016

<ul style="list-style-type: none"> • O gênero na docência; • Diferenças de gênero no cotidiano escolar; • Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero; • Práticas esportivas construindo os gêneros; • Gênero no currículo escolar; • Saúde, sexualidade e temas afins como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo, prazer, afeto, HIV/AIDS e drogas a partir de um recorte de gênero, étnico-racial e de classe; • Arranjos familiares LGBT; • Diversidade sexual na escola. 	<p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Instituições de ensino conveniadas à Prefeitura</p> <p>Conselhos Municipais</p>			
<p>4.1.2 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT, instituída por meio de Decreto nº 15.067/15, para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>4.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos e processos seletivos a temática de gênero e sexualidade, no âmbito municipal.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>

4.2 Linha de ação: Adoção de medidas que visem a inclusão da população LGBT na área da Educação.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>4.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos da rede pública e particular de ensino em todos os níveis e modalidades da educação, com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ficha de matrícula; • Documentos de identificação estudantil; • Histórico escolar; • Diário de classe; • Certificado de conclusão de curso; • Diploma; • Certificado de curso de aperfeiçoamento profissional; • Atestados e declarações de matrícula, frequência, comprovação de vaga e transferência; • Boletim; • Avaliações realizadas pela (o) estudante; • Avaliação descritiva realizada pela (o) professor(a); • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Crachá; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Carteira de Estudantes; • Carteira de Professor; • Cartão de Transporte Urbano; 	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Demais fichas e cadastros utilizados. 				
<p>4.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>		<p>2016</p>
<p>4.2.3 Estimular grupos de discussão e pesquisas acadêmicas que analisem a situação da população LGBT em espaços educativos.</p>	<p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>4.2.4 Prever nos projetos arquitetônicos de construção ou reforma de unidades educativas, alternativas que possibilitem a identificação não sexista dos banheiros, e onde não houver esta adequação, garantir o direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero assumida pelo sujeito no ambiente escolar.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>4.2.5 Garantir a laicidade da educação em todas as instituições públicas de ensino.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>		<p>2016</p>

		Movimentos Sociais LGBT		
4.2.6 Implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexual, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa, seja ela na esfera pública ou privada.	Secretaria Municipal de Educação – SME Instituições públicas de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016
PRIORIDADE MUNICIPAL				

4.3 Linha de ação: Inserção da temática LGBT nos sistemas de ensino.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
4.3.1 Elaborar diretrizes curriculares que orientem a promoção do respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a fim de colaborar para a prevenção e a eliminação das violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE Organizações Não Governamentais Associações de Pais e Professores – APPS		2016
PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL				

		Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA		
4.3.2 Adotar métodos educacionais, currículos, recursos pedagógicos, brincadeiras, brinquedos e outros materiais escolares voltados para criar um ambiente escolar seguro e educativo, sem discriminar orientação sexual e identidade de gênero.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE Organizações Não Governamentais Associações de Pais e Professores – APPS Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA		2016
4.3.3 Envolver a comunidade, pais, mães e/ou outras(os) responsáveis, na discussão sobre diversidade sexual e expressões de gêneros a partir do debate da escola como espaço público, dentro da perspectiva dos direitos humanos e valorização das diferenças.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016

	Instituições públicas e particulares de ensino	<p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p> <p>Entidades comunitárias</p>		
4.3.4 Fomentar e apoiar a formação de grupos de discussão, apoio, pesquisas e convivência LGBT nas instituições educacionais.	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT;</p> <p>Entidades estudantis</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p>		2016
4.3.5 Realizar o I Seminário Municipal sobre Direitos LGBT e os desafios para a Educação, incluindo essa temática no Congresso de Educação Básica realizado pela Secretaria Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação – SME	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		2016

4.4 Linha de ação: Transversalização das políticas LGBT na área da Educação.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>4.4.1 Realizar busca ativa da demanda e criar políticas intersetoriais de acesso, permanência e conclusão, que visem a alfabetização, elevação da escolaridade e qualificação profissional às pessoas travestis, transexuais e transgêneros com mecanismos de bolsas de estudo.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p> <p>Entidades comunitárias</p>		
<p>4.4.2 Identificar junto à população LGBT, nas unidades educacionais do município, as demandas por políticas, sistematizando as ações já existentes de forma a articular programas, projetos e serviços no município.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p>		<p>2016</p>

		LGBT Universidades Institutos de pesquisa		
4.4.3 Fomentar o registro e a divulgação de práticas pedagógicas sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual na escola e realizar um encontro anual para socialização de experiências.	Secretaria Municipal de Educação – SME Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa		2016
4.4.4 Garantir visibilidade às obras que tratam da diversidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual e direitos da população LGBT e suas especificidades nas bibliotecas escolares e comunitárias.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016
4.4.5 Garantir a aquisição de materiais pedagógicos que representem concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016

	particulares de ensino			
4.4.6 Incluir nos editais para aquisição de materiais didáticos recomendações que garantam os seguintes aspectos: : <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da diversidade sexual; • Enfretamento ao preconceito e à violência por gênero, orientação sexual e identidade de gênero; • Visibilidade dos diferentes arranjos familiares LGBT. 	Secretaria Municipal de Educação – SME Instituições públicas e particulares de ensino	Movimentos Sociais LGBT Universidades		2016
PRIORIDADE MUNICIPAL				

5 SEGURANÇA

5.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) gestoras(es) e agentes de Segurança Pública nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
5.1.1 Promover formação continuada às(aos) profissionais da segurança pública e privada (gestoras(es), técnicos do órgão central, estagiárias(os), guardas municipais, vigilantes, seguranças e funcionárias(os) contratadas(os) e terceirizadas(os)), contemplando os seguintes temas e sua problematização: <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; 	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadoras de Serviços no Município de Florianópolis – SINDVIG	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG CREMV – Centro de Referência de		2016

<ul style="list-style-type: none"> • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Respeito às orientações sexuais e identidades de gênero nas abordagens dos profissionais de segurança, em conformidade ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e a Secretaria Nacional de Segurança Pública. 	<p>Conselho de Segurança de</p> <p>Secretaria de Segurança Pública – SSP</p>	<p>Atendimento à Mulher em situação de Violência</p> <p>CAPS – Centro de Atendimento Psico-Social</p>		
<p>5.1.2 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT instituída por meio de Decreto nº 15.067/15 para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>5.1.3 Inserir temáticas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas nas disciplinas de “Direitos Humanos” dos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento das polícias.</p> <p>PRIORIDADE ESTADUAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>Instituto Geral de Perícia</p> <p>ACADEPOL</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública – SSP</p> <p>Conselho Tutelar do município de Florianópolis</p> <p>CREAS – Centro de Referência Especial de Assistência Social</p> <p>Centro POP – Centro de Referência à População que Vive em Situação de Rua</p>		<p>2016</p>
<p>5.1.4 Elaborar manual didático-pedagógico com diretrizes acerca da melhor abordagem e tratamento à população LGBT, considerando as suas peculiaridades, bem como à prevenção aos delitos de intolerância lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública – SSP</p> <p>Movimentos LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>		<p>2016</p>

5.1.5 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão a temática de gênero e sexualidades.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016
---	---	--	--	------

5.2 Linha de ação: Adoção de medidas que promovam segurança e respeito à população LGBT nas áreas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
5.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas em todos os documentos utilizados, como: <ul style="list-style-type: none"> • Formulários e fichas de protocolo de atendimentos; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto 	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Instituições públicas e particulares de ensino	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016

<ul style="list-style-type: none"> • Demais cadastros utilizados. 				
<p>5.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Violências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SMA</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>		<p>2016</p>
<p>5.2.3 Garantir o cumprimento do Decreto Municipal nº 3.868 de 16 de dezembro de 2005, que determina a identificação em local visível do nome, patente ou cargo bordados na roupa das (os) profissionais de segurança pública, bem como garantir as devidas sanções em razão do descumprimento do decreto já mencionado.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL E FEDERAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Secretaria Estadual de Segurança Pública</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>5.2.4 Garantir o cumprimento da laicidade nos órgãos de segurança pública municipal.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>COPPIR – Coordenadoria de</p>		<p>2016</p>

		Políticas de Promoção de Igualdade Racial		
5.2.5 Elaborar campanhas educativas e informativas criando estratégias de divulgação para a população LGBT com o tema segurança pública, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de maneira a criar mecanismos de prevenção e defesa.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal	Secretaria de Segurança Pública – SSP Movimentos Sociais LGBT Universidades Núcleos de Pesquisa		2016
5.2.6 Criar cartilhas e informativos acessíveis que promovam ações de enfrentamento às violências lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas, transfóbicas.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal Secretaria de Segurança Pública – SSP	Movimentos Sociais LGBT Universidades Núcleos de Pesquisa		2016

6 COMUNICAÇÃO

6.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais na área da Comunicação nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
6.1.1 Promover formação continuada aos profissionais e estagiárias(os) da comunicação e funcionárias(os) contratadas(os) e terceirizadas(os), contemplando os seguintes temas e sua problematização: <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT		2016

<p>transfóbicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; <p>Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso da linguagem não sexista. <p>PRIORIDADE GLOBAL</p>	<p>Sindicato dos Jornalistas</p> <p>Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina – SINTTEL</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>		
<p>6.1.2 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT instituída por meio de Decreto nº 15.067/15 para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>
<p>6.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Comunicação a temática de orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		<p>2016</p>

6.2 Linha de ação: Adoção de medidas que promovam inclusão e respeito da população LGBT nas áreas de Comunicação.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
6.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos com a criação	Secretaria Municipal de	Câmara Técnica de		2016

<p>e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Demais fichas e cadastros utilizados. <p>PRIORIDADE GLOBAL</p>	<p>Comunicação – SECOM</p>	<p>Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>		
<p>6.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>		<p>2016</p>
<p>6.2.3 Normatizar e padronizar a linguagem de mídia de acordo com o Manual de Comunicação ABGLT e o Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem, contemplando nas imagens a diversidade em todos os seus segmentos.</p> <p>PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Sindicato dos Jornalistas</p> <p>Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina –</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p>		<p>2016</p>

	SINTTEL	Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil		
6.2.4 Garantir cobertura jornalística em todos os eventos realizados pelas coordenadorias e secretarias sobre a temática LGBT.	Secretaria Municipal de Comunicação e demais Secretarias Municipais	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Coordenadorias Municipais		2016
6.2.5 Divulgar programas, ações e serviços das organizações não governamentais, associações, grupos, coletivos, fóruns, movimentos sociais LGBT do município.	Secretaria Municipal de Comunicação e demais Secretarias Municipais	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Coordenadorias Municipais		

6.3 Linha de ação: Ações de combate à discriminação e valorização da população LGBT.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
6.3.1 Criar campanhas publicitárias alusivas a datas tais como: <ul style="list-style-type: none"> • 29/01 – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais; • 17/05 – Dia Internacional de Combate a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia; • 28/06 – Dia Mundial do Orgulho LGBT; • 29/08 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica; • 05/09 – Dia Internacional da Mulher Indígena; • 07/09 – Parada da Diversidade de Florianópolis; 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Coordenadorias		2016

<ul style="list-style-type: none"> • 23/09 – Dia da Visibilidade Bissexual; • 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra • 20/11 à 10/12 – 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as mulheres; • 01/12 – Dia Mundial de combate a AIDS; • 03/12 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; • 10/12 – Dia Internacional dos Direitos Humanos entre outros. 		Municipais Conselhos Municipais Secretarias Municipais de: Saúde, Educação, Turismo e Assistência Social		
6.3.2 Adotar em todas as formas de comunicação e mídias/publicidades, linguagens e formatos acessíveis de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT		2016
6.3.3 Criar, produzir e garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes promovam a visibilidade das expressões identitárias LGBT contemplando as diversidades corporais, assim como dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais. PRIORIDADE MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL	Secretaria Municipal de Comunicação e demais secretarias municipais	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Coordenadorias Municipais Conselhos Municipais		2016

7 ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais da Assistência Social nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E	PRAZO
-------	---------------------	-----------	---------------------------------	-------

			MATERIAIS	
<p>7.1.1 Promover formação inicial e continuada junto às equipes técnicas e gestoras de toda rede socioassistencial do SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), conselho municipal de assistência social (demais conselhos), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e contratadas pela prefeitura contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias; • Estigma e discriminação de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Inclusão das pessoas LGBT com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Arranjos familiares LGBT; • Dificuldades, desafios e possibilidades de garantia dos direitos LGBT no contexto da Assistência Social. <p>PRIORIDADE GLOBAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos profissionais</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p> <p>Organizações não-governamentais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		2016
<p>7.1.2 Consultar a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT (governamentais e não governamentais) instituída por meio de Decreto nº 15.067/15, para a elaboração das capacitações.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>		2016

		Movimentos Sociais		
7.1.3 Promover ações socioeducativas sobre os direitos, benefícios e serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como atividades <i>in loco</i> nos albergues, casas de acolhimento, pensões, casas de cafetinagem, locais de prostituição, centros comunitários, associações e organizações não governamentais, de forma a abranger a população LGBT em situação de vulnerabilidade.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais Universidades Núcleos de pesquisa Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		2016
7.1.4 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social a temática de gênero e sexualidades. PRIORIDADE MUNICIPAL	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Secretaria Municipal de Administração – SMA	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais		2016

7.2 Linha de ação: Atendimento igualitário à população LGBT nos serviços da rede de atendimento do SUAS.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
7.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT		2016

<p>contratadas pela prefeitura com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e a inclusão da modalidade “Violência lesbofóbica, homofóbica, bifóbica e transfóbica” em todos os documentos utilizados pela rede socioassistencial, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas e formulários de atendimento; • Cadastro de pessoas em situação de rua; • Prontuário do SUAS; • Cadastro no Sistema de Benefícios Eventuais; • Cadastro no Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV; • Sistema CAD Único; • Certificados; • Crachás e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais fichas e cadastros utilizados. <p>PRIORIDADE GLOBAL</p>	<p>Entidades socioassistenciais</p> <p>Secretaria Municipal de Administração - SMA</p>	<p>Movimentos Sociais</p>		
<p>7.2.2 Gerar e divulgar dados sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Universidades</p> <p>Instituto de pesquisa;</p> <p>Mídias;</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>		<p>2016</p>

		Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		
<p>7.2.3 Divulgar os serviços socioassistenciais de combate à fome e à pobreza e suas formas de acesso, tais como:</p> <p>Benefícios Eventuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio alimentação; • Auxílio funeral; • Auxílio natalidade; • Passe livre municipal do idoso; • Passe livre interestadual do idoso; • Passe para tratamento de saúde; • Renda extra; • Passagem de retorno à cidade de origem; <p>Cadastro Único:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bolsa família; • Isenção de pagamento de taxa de inscrição para concurso público; • Redução da tarifa de eletricidade; • Telefone social; • Tarifa social; • Programa Minha Casa Minha Vida; • Benefício de Prestação Continuada. 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Movimentos Sociais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		2016
7.2.4 Reconhecer as múltiplas possibilidades de configurações familiares no acesso aos serviços e sistema de garantia de direitos.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Defensoria Pública do</p>		2016

		Estado		
		Ministério Público do Estado		
7.2.5 Garantir que, nos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sejam asseguradas as especificidades da população LGBT, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Respeito às orientações sexuais e identidades de gênero; • Laicidade no atendimento respeitando a diversidade religiosa; • Respeito à identidade de gênero quanto à estética pessoal; • Reconhecimento das múltiplas configurações familiares. 	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais	2016	
7.2.6 Garantir o acesso, atendimento e acompanhamento da população LGBT em situação de violência pelo Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV, na falta de um Centro de Referência LGBT.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		2016
7.2.7 Assegurar que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços da rede de atendimento do SUAS, contemplem as concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		2016
7.2.8 Produzir junto aos movimentos sociais LGBT material educativo e informativo sobre os serviços, ações, programas e projetos socioassistenciais do município, utilizando linguagens e formatos acessíveis, de acordo com as terminologias e definições incorporadas na	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT		2016

<p>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Movimentos Sociais</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD</p> <p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para pessoa com deficiência e para pessoa com doença rara.</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		
<p>7.2.9 Consultar os movimentos sociais LGBT e a Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços voltados à assistência e aos direitos da população LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>2016</p>

<p>7.2.10 Construção de programas e ações de enfrentamento às diversas formas de violências, em razão da orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD</p> <p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para pessoa com deficiência e para pessoa com doença rara.</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>2016</p>
<p>7.2.11 Realizar mapeamento específico junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, a respeito da população LGBT vulnerabilizada em função da orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p>		<p>2016</p>

<p>7.2.12 Incentivar e acolher projetos de organizações públicas e sociedade civil direcionados a ações de assistência e defesa dos direitos da população LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>2016</p>
<p>7.2.13 Apoiar os movimentos sociais LGBT em seus projetos de fortalecimento das redes socioassistenciais.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Conselhos Municipal de Direitos</p> <p>Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>2016</p>

7.3 Linha de ação: Adoção de medidas que respeitem as especificidades da população LGBT em Situação de Rua.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	RECURSOS NECESSÁRIOS: HUMANOS E MATERIAIS	PRAZO
<p>7.3.1 Garantir o acesso da população LGBT às casas de acolhimento e aos albergues públicos e conveniados à Secretaria Municipal de Assistência Social, e que estes espaços respeitem as suas especificidades de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Conselhos Municipal de Direitos</p> <p>Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		<p>2016</p>
<p>7.3.2 Assegurar que pessoas travestis e transexuais tenham acesso e segurança nos albergues públicos e conveniados respeitando sua identidade de gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p>		<p>2016</p>

		<p>Conselhos Municipal de Direitos</p> <p>Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		
<p>7.3.3 Indicar que no regimento da entidade que firmará termo de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social sejam respeitadas as especificidades da população LGBT, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito à identidade de gênero no acesso ao alojamento; • Não obrigatoriedade de participação nas atividades de cunho religioso ofertadas pela entidade; • Respeito à diversidade religiosa; • Respeito à identidade de gênero quanto à estética pessoal (corte de cabelo, maquiagem, vestimenta, etc.); • Participação das (os) funcionárias(os) em atividades de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. <p>PRIORIDADE MUNICIPAL E ESTADUAL</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Conselhos Municipais de Direitos</p> <p>Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>		2016
<p>7.3.4 Realizar mapeamento das pessoas LGBT em situação de rua para a construção de ações específicas e identificação das vulnerabilizações a que esta população esta sujeita.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT</p>		2016

		Movimentos Sociais Conselhos Municipal de Direitos Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		
<p>7.3.5 Implantar no município Centro de Referência LGBT, para garantir direitos tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assessoria jurídica; • Acolhimento psicossocial; • Abrigamento de pessoas LGBT em situação de rua; • Cursos de formação e capacitação profissional; • Orientação pedagógica <p>PRIORIDADE MUNICIPAL</p>	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do Plano LGBT Movimentos Sociais LGBT Conselhos Municipal de Direitos Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado		2016



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1465

Florianópolis/SC, quarta-feira, 27 de maio de 2015

pg. 1

Sumário:

Órgãos Municipais	Pg.
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	7
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	7
SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTINENTE	8
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	9
FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES	10
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	10
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – (ANEXOS)	11

(clique nos itens para consulta)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

DECRETO N. 14.721, de 27 de maio de 2015. CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS - LGBT DE FLORIANÓPOLIS. O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI, do art.74, da Lei Orgânica do Município, DECRETA: Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros - LGBT de Florianópolis, a ser realizada na cidade de Florianópolis, nos dias 26 e 27 de junho de 2015, sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres com o tema "Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais". Art. 2º Para a organização da II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros - LGBT foi eleita a seguinte comissão entre governo e sociedade civil: I – Instituições governamentais: a) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher - CMPPM b) Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial – COPPIR c) Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS d) Secretaria Municipal de

Segurança e Defesa do Cidadão – SMSDC e) Secretaria Municipal de Comunicação - SMC f) Secretaria Municipal de Saúde - SMS g) Secretaria Municipal de Turismo - SETUR h) Fundação Municipal de Esportes – FME II – Instituições não governamentais: a) Grupo Acontece LGBT b) Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis - ROMA c) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB d) Instituto Arco Íris e) Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEH f) Laboratório de Relações de Gênero e Família - LabGeF/UEDESC g) Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS/UFSC h) Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual – INBRADIS Art. 3º A Comissão acima nominada terá as seguintes competências: I - Organização e realizar a II Conferência Municipal para garantir a participação na etapa estadual; II - Elaborar o regimento interno da II Conferência; III - Definir a programação, a operacionalização e a metodologia de elaboração dos documentos de discussão da II Conferência LGBT; IV - Acompanhar a organização da infraestrutura necessária à da II Conferência LGBT; V - Providenciar a execução e publicação do relatório final da II Conferência LGBT; VI - Deliberar sobre todas as questões referentes à II Conferência LGBT que não estejam previstas neste decreto. VII - Propor e/ou elaborar textos de subsídio às discussões da Conferência Municipal; VII - Organizar os termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das/os expositoras/es na Conferência; IX - Propor expositoras/es para cada mesa temática; X - Elaborar a relação de sub-temas e os roteiros para os grupos de trabalho XI - Formular proposta de metodologia para consolidação dos relatórios dos grupos; XII - Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da II Conferência LGBT; XIII - Promover a divulgação da Conferência LGBT, bem como do seu Regimento; XIV - Promover o registro e a cobertura midiática dos principais momentos da Conferência, visando a divulgação, bem como o arquivamento de sua memória; XV - Monitorar e orientar o encaminhamento do relatório e listagem de delegadas da Conferência Municipal à Conferência Estadual nos prazos estipulados no calendário; e XVI - Fazer gestão junto ao governo municipal para garantir os recursos financeiros necessários à participação na etapa estadual das delegadas/os eleitas/os na Conferência Municipal. Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher - CMPPM. Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 27 de maio de 2015. CESAR

**II Conferência Municipal De Políticas Públicas E Direitos Humanos De Lésbicas,
Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais – LGBT**



**FICHA DE INSCRIÇÃO
CANDIDATAS(OS) A
DELEGADAS(OS)
ESTADUAL**

***Resposta obrigatória**

1) Esfera Governamental*

- Judiciário Municipal
- Judiciário Estadual
- Judiciário Federal
- Legislativo Municipal
- Legislativo Estadual
- Legislativo Federal
- Executivo Municipal
- Executivo Estadual
- Executivo Federal
- Ministério Público Estadual
- Ministério Público Federal
- Nenhum
- Outro: _____

2) Sociedade civil*

- Partidos políticos
- Movimento LGBT
- ONGs
- Movimento de mulheres
- Movimento negro
- Sindicatos
- Movimento feminista
- Nenhum
- Outro: _____

3) Nome completo*

4) Nome social

5) RG (nº, órgão expedidor, UF)*

6) CPF*

____.____.____-____

7) Endereço residencial (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP)*

8) Telefones (com DDD)*

9) E-mail*

10) Data de nascimento*

____/____/____

11) Órgão/Entidade que representa:*

12) Cargo/Função que exerce:*

13) Formação?

14) Área de atuação?

Palestras Magnas